

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2017/2018**



TII

**A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR NO SEIO DA CPLP.
SUBSÍDIOS PARA UMA ESTRUTURA CENTRADA NOS OBJETIVOS
PRESENTES E DESAFIOS FUTUROS.**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.**

**Claudio Alexandre de Almeida Freitas
CORONEL DE INFANTARIA (BRASIL)**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR NO SEIO DA
CPLP. SUBSÍDIOS PARA UMA ESTRUTURA CENTRADA
NOS OBJETIVOS PRESENTES E DESAFIOS FUTUROS.**

**CORONEL DE INFANTARIA (BRASIL) Claudio Alexandre de
Almeida Freitas**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2017/2018

Pedrouços 2018



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR NO SEIO DA
CPLP. SUBSÍDIOS PARA UMA ESTRUTURA CENTRADA
NOS OBJETIVOS PRESENTES E DESAFIOS FUTUROS.**

**CORONEL DE INFANTARIA (BRASIL) Claudio Alexandre de
Almeida Freitas**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2017/2018

Orientador: COR TIR INF Jorge Manuel Barreiro Saramago

Pedrouços 2018



Declaração de compromisso Anti Plágio

Eu, Claudio Alexandre de Almeida Freitas, declaro por minha honra que o documento intitulado A Cooperação Técnico-Militar no seio da CPLP. Subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros, corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CPOG 2017/2018 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 02 de maio de 2018.

Claudio Alexandre de Almeida Freitas
Coronel de Infantaria (BRASIL)



Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço ao Coronel Tirocinado de Infantaria Barreiro Saramago, que dedicou preciosas horas de trabalho e lazer na orientação, segura e pontual. Transmitiu confiança e tranquilidade durante todos os momentos do processo. É uma honra e grande satisfação tê-lo como amigo.

Em segundo lugar, os meus agradecimentos ao Major Bretes Amador, Chefe do Núcleo Nacional/CAE/CPLP de Portugal, pela atenção, explicações e informações iniciais. Durante a confecção do trabalho, prosseguiu com a mesma paciência e espírito de cooperação.

Aos entrevistados – brasileiros, portugueses e estrangeiros, pela disponibilidade e transmissão dos conhecimentos, permitindo que estes fossem soliciados.

Ao Instituto Universitário Militar, na pessoa do Exmo. Sr. Major General Corte-Real Andrade, pois permitiu o estudo e a realização de uma pesquisa de investigação de um tema, até então, pouco conhecido e explorado por mim.

Aos meus pais, Paulo Roberto Freitas e Jussara de Almeida Freitas, pela educação e ensinamentos transmitidos ao longo da minha vida, formando o alicerce do meu caráter.

A minha querida esposa Viviane Vieira Freitas e ao meu amado filho Guilherme Alexandre Vieira Freitas, minhas fontes de inspiração e dedicação, pela compreensão nos momentos da ausência, paciência nos momentos de dificuldades e esperança no futuro que há por vir.

A Deus pela saúde concedida ao longo do curso, proporcionando força e inteligência suficientes para chegar ao final de mais esta etapa académica.



Índice

Resumo.....	viii
<i>Abstract</i>	ix
Lista de Abreviaturas, siglas e acrónimos.....	x
Introdução.....	1
1. Revisão da literatura e metodologia.....	5
1.1. Revisão da literartura.....	5
1.2. Metodologia.....	7
2. O Domínio da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	10
2.1. A Cooperação Técnico-Militar multilateral.....	11
2.1.1. O Centro de Análise Estratégica.....	11
2.1.2. A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa.....	11
2.1.3. A Estratégia da CPLP para os oceanos.....	12
2.1.4. A Conferência das Marinhas.....	14
2.1.5. Os exercícios militares.....	15
2.1.6. O Fórum de Saúde Militar.....	16
2.1.7. O Colégio de Defesa.....	16
2.2. A Cooperação Técnico-Militar bilateral - o exemplo de Portugal.....	17
2.3. A Cooperação Técnico-Militar Francesa na África - um exemplo.....	19
2.4. Síntese conclusiva.....	20
3. A atual conjuntura mundial.....	22
3.1. As ameaças internas nos EM da CPLP.....	22
3.1.1. Angola.....	29
3.1.2. Brasil.....	30
3.1.3. Cabo Verde.....	31
3.1.4. Guiné-Bissau.....	31
3.1.5. Guiné Equatorial.....	32
3.1.6. Moçambique.....	33
3.1.7. Portugal.....	33
3.1.8. São Tomé e Príncipe.....	34
3.1.9. Timor-Leste.....	34
3.2. As ameaças globais.....	35



3.2.1. O terrorismo.....	35
3.2.2. Os conflitos regionais.....	36
3.2.3. O crime organizado transnacional.....	37
3.2.4. Os fluxos migratórios.....	39
3.2.5. As alterações climáticas e os desastres naturais.....	39
3.2.6. Os ciberataques.....	40
3.3. Síntese conclusiva.....	41
4. Os desafios futuros para a CPLP e os subsídios para a CTM.....	43
4.1. Os desafios para a CPLP.....	43
4.2. Os desafios para o Domínio Defesa e os subsídios para a CTM.....	44
4.2.1. Maior inserção do Domínio da Defesa na CPLP.....	44
4.2.2. Consolidação da CTM existentes no Domínio da Defesa.....	45
4.2.3. Multilateralização da CTM existente.....	46
4.2.4. Emprego das FFAA dos EM em situações diversas.....	47
4.2.5. Adequação da estrutura do Domínio da Defesa.....	48
4.2.6. Ampliação da cooperação no campo do ensino militar.....	50
4.2.7. Ampliação da cooperação no campo tecnológico.....	50
4.2.8. Ampliação da cooperação no campo da doutrina militar.....	51
4.2.9. Ampliação de cooperação no campo das informações.....	51
4.2.10. Criação de um fundo de financiamento previsível para as CTM.....	52
4.3. Síntese conclusiva.....	52
Conclusões.....	54
Bibliografia.....	60

Índice de Anexos

Anexo A – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	Anx A-1
--	---------

Índice de Apêndices

Apêndice A - Esquema da organização do trabalho.....	Apd A-1
Apêndice B - Corpo de conceitos.....	Apd B-1
Apêndice C - Análise das entrevistas.....	Apd C-1



Índice de Figuras

Figura 1 – Áreas de atuação da CTM Portuguesa bilateral.....	18
Figura 2 – Fragilidade e Ingovernabilidade.....	23
Figura 3 – Percepção da corrupção.....	24
Figura 4 – Democracia.....	25
Figura 5 – Segurança mundial.....	27
Figura 6 – Relações externas dos Países Africanos.....	28
Figura 7 – Relações externas do Brasil.....	28
Figura 8 – Relações externas de Portugal.....	29
Figura 9 – Terrorismo mundial.....	36
Figura 10 – Áreas para potenciais conflitos regionais até 2040.....	37
Figura 11 – Crime organizado transnacional.....	38
Figura 12 – Fluxos migratórios.....	39
Figura 13 – Desastres meteorológicos.....	40
Figura 14 – Cibersegurança.....	41
Figura 15 – Nova estrutura para o Domínio da Defesa.....	49
Figura 16 – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	Anx A-1
Figura 17 – Esquema de organização do trabalho.....	Apd A-1

Índice dos Quadros

Quadro 1 – Objetivos Geral e Específicos.....	3
Quadro 2 – Questões Central e Derivadas.....	3
Quadro 3 – Fragilidade e Ingovernabilidade.....	23
Quadro 4 – Percepção da corrupção e Democracia.....	24
Quadro 5 – Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	25
Quadro 6 – Índice de Desenvolvimento Humano.....	26
Quadro 7 – Segurança mundial, conflitos internos e segurança pública.....	26
Quadro 8 – Gastos económicos com a violência.....	27
Quadro 9 – Corpo de conceitos.....	Apd B-1
Quadro 10 – Relação dos entrevistados.....	Apd C-1
Quadro 11 – Consolidação das respostas às entrevistas realizadas.....	Apd C-1



Quadro 12 – Consolidação da análise dos resultados..... Apd C-4

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Organização do trabalho de investigação.....4



Resumo

O mundo globalizado é marcado por constantes e rápidas transformações que possibilitam o surgimento de ameaças aos países, instituições, pessoas, sociedade em geral e organizações mundias e regionais.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um organismo internacional recente, cujos Estados-Membros estão ligados por um traço comum - a Lusofonia e que buscam formas de cooperação e integração neste mundo globalizado.

O objeto de estudo é a Cooperação Técnica Militar existente no Domínio da Defesa, com tipos e modos de funcionamento que necessitam estarem ajustados aos objetivos presentes da Comunidade e aos desafios futuros, decorrentes das ameaças existentes.

O trabalho analisa a Cooperação Técnica Militar e identifica as ameaças aos Estados-Membros. Para tal, foi adotado um raciocínio dedutivo, apoiado numa estratégia de investigação qualitativa e com o desenho de pesquisa de estudo do caso.

Como resultados obtidos, apresentam-se os desafios para a Comunidade e para o Domínio da Defesa bem como os subsídios para a Cooperação Técnico Militar. Complementarmente, esta investigação poderá corresponder como informação útil para o processo de decisão no Domínio da Defesa.

Palavras-chave

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Domínio da Defesa, Cooperação Técnico-Militar, mundo globalizado, ameaças e desafios futuros.



Abstract

The globalized world is marked by constant and rapid transformations that allow the emergence of threats to countries, institutions, people, and society in general, and global and regional organizations.

The Community of Portuguese Speaking Countries is a recent international body whose Member States are linked by a common trait – Lusophony, and are seeking forms of co-operation and integration in this globalized world.

The object of study is the existing Military Technical Cooperation in the Defense Domain, with types and modes of operation that are in need of adjustment to the present objectives of the Community and to future challenges arising from the existing threats.

The paper analyzes Military Technical Cooperation and identifies threats to Member States. To that end, a deductive reasoning was adopted, based on a qualitative research strategy and with the research study design of the case.

The results obtained present the challenges for the Community and for the Defense Domain as well as the subsidies for Military Technical Cooperation. In addition, this investigation may correspond as useful information for the decision-making process in the Defense Domain.

Keywords

Community of Portuguese Speaking Countries, Defense Policy, Military Technical Cooperation, globalized world, threats and future challenges.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AS	Atlântico Sul
CAE	Centro de Análise Estratégica
CD	Colégio de Defesa
CDAA	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel-Saara
CM	Conferência das Marinhas
COT	Crime Organizado Transnacional
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSIS	<i>Center for Strategic International Studies</i>
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DGPDN	Direção-Geral da Política de Defesa Nacional
DSIM	Diretores dos Serviços de Informações Militares
<i>EIU</i>	<i>Economist Intelligence Unit</i>
EM	Estado-Membro
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
<i>FFP</i>	<i>Fund For Peace</i>
FSM	Fórum de Saúde Militar
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDN	Instituto de Defesa Nacional
<i>IEP</i>	<i>Institute for Economics & Peace</i>
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
<i>IISS</i>	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
<i>IMF</i>	<i>International Monetary Fund</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Económica Aplicada
<i>ITU</i>	<i>International Telecommunication Union</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
MD	Ministério da Defesa
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MIN	Ministério da Integração Nacional
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros



NN	Núcleos Nacionais
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OI	Organismo Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PBE	Portal Brasil Escola
PCDD da CPLP	Protocolo de Cooperação no Domínio Defesa da CPLP
PCP	Portal das Comunidades Portuguesas
PGM	Portal do Governo de Moçambique
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Portal Mercados e Estratégias
PPTE	Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais
PQ	Programa-Quadro
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RDTL	República Democrática do Timor-Leste
RECAMP	Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção de Paz
RFB	República Federativa do Brasil
RP	República Portuguesa
SPAD	Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa
TII	Trabalho de Investigação Individual
UA	União Africana
UE	União Europeia
<i>UNDP</i>	<i>United Nations Development Programme</i>
<i>UNIOGBIS</i>	<i>United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau</i>
<i>UNISDR</i>	<i>United Nations Office for Disaster Risk Reduction</i>
<i>UNODC</i>	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
<i>WEF</i>	<i>World Economic Forum</i>
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



Introdução

"O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover (...) bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar" (CPLP, 2018).

Enquadramento e justificação do tema

A globalização proporcionou um aumento das relações internacionais entre os países, principalmente nos campos político, económico, social e cultural.

A partir da década de 1990, são consolidados ou criados diversos Organismos Internacionais (OI), como a União Europeia (UE), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Tratado Norte-Americano do Livre Comércio e a Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico.

“Outra tendência que deve continuar é a globalização da economia internacional. Apesar de toda a crise, a economia se torna cada vez mais global (...) Isto significa o processo de globalização de uma rede maior, de um número maior de países (...) Então, há o processo de criação de grandes estruturas oligopolísticas internacionais e este processo de globalização continuará” (Instituto de Pesquisa Económica Aplicada [IPEA], 2011).

Nesse contexto, os Chefes de Estado e de Governo das Repúblicas Portuguesa (RP), de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, da República Federativa do Brasil (RFB) e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, reuniram-se em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996, para formar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Posteriormente, aderiram à CPLP, a República Democrática de Timor-Leste (RDTL), em 2002, e a República de Guiné-Equatorial, em 2014.

A CPLP surgiu baseada nos valores da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social; bem como no respeito pela integridade territorial, na não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado-Membro (EM) e no direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social (CPLP, 1996).

Com os acontecimentos do novo milénio, como os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA), outras ações terroristas ocorridas no continente europeu, a crise no Oriente Médio, a instabilidade política na América Latina



e os conflitos em África, é notória a importância de cooperação entre os países nos assuntos de defesa e segurança, particularmente no que tange aos OI.

Atualmente, o mundo é caracterizado pela insegurança global, cujos agentes são, dentre outros e além do terrorismo, o radicalismo religioso, o crime organizado transnacional associado ao tráfico e contrabando de drogas, de armas e de pessoas, a pirataria e poluição marítima, as alterações climáticas e consequentes desastres naturais com catástrofes e calamidades, os desajustes sociais, os conflitos regionais e os ciberataques (CPLP, 2015).

Estes fatores, relacionados às áreas de atuação da CPLP, dificultam o crescimento e o desenvolvimento dos EM e reforçam a necessidade de cooperação em vários setores, dentre os quais, a defesa e a segurança. Na CPLP, estes assuntos são tratados no Domínio da Defesa e para tal existe um protocolo.

Ainda no âmbito da Defesa, a Cooperação Técnico-Militar (CTM) da CPLP procura reforçar as relações internacionais entre os EM bem como a projeção internacional desses países. Cabe destacar, que, na atualidade, os fatores condicionantes da estrutura, composição e modo de funcionamento desta CTM são diferentes daqueles fatores à época da criação da CPLP. Passados 22 anos após a constituição da CPLP, a conjuntura mundial apresenta uma nova configuração e, consequentemente, a CTM necessita de um estudo para torná-la mais adequada a essa nova realidade.

Assim, o assunto deste Trabalho de Investigação Individual (TII) concorrerá para o aperfeiçoamento da CTM existente no Domínio da Defesa da CPLP, nas relações internacionais entre os EM e nas relações entre as suas Forças Armadas (FFAA). No que afeta aos civis despertará a importância e necessidade do estudo de defesa e segurança.

Objeto do estudo e sua delimitação

O objeto de estudo é a CTM existente entre os EM da CPLP, tendo por base os objetivos presentes e os desafios futuros para a Comunidade.

O TII enquadra-se nas Ciências Militares, no domínio de investigação de Elementos Complementares, área de investigação das Ciências Políticas e subárea de investigação Geopolítica e Geoestratégia, por tratar de estudos das relações que existem entre os Estados e suas políticas bem como envolver interesses estratégicos e políticos dos países da CPLP.

A delimitação temporal está marcada a partir de 1996, ano de criação da CPLP, até os dias atuais, a espacial no que tange aos Países integrantes da CPLP e, quanto ao conteúdo, refere-se aos assuntos de defesa e segurança.



Objetivos da investigação

No Quadro 1, identificam-se o Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE) da investigação.

Quadro 1 – Objetivos Geral e Específicos

OG	Estudar a CTM existente na CPLP, destacando os subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros, no sentido de torná-la mais adequada à atual conjuntura mundial.
OE1	Analisar a atual estrutura e modo de funcionamento da CTM da CPLP.
OE2	Identificar as ameaças para a CPLP, no que tange à CTM e de acordo com a atual conjuntura mundial.
OE3	Identificar os desafios que se colocarão à CPLP, destacando os subsídios para que os EM estabeleçam uma CTM que responda aos objetivos presentes e a adeque aos desafios futuros.

Fonte: (Autor, 2018)

Questões da investigação

No Quadro 2, apresentam-se a Questão Central (QC) e as Questões Derivadas (QD) que orientaram a investigação.

Quadro 2 – Questões Central e Derivadas

QC	Quais são os subsídios para a CTM com uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros, de forma a torná-la mais adequada à atual conjuntura mundial?
QD1	Qual a atual estrutura e modo de funcionamento da CTM da CPLP?
QD2	Quais são as ameaças para a CPLP, no que tange à CTM e de acordo com a atual conjuntura mundial?
QD3	Quais são os desafios que se colocarão à CPLP e os subsídios para que os EM estabeleçam uma CTM que responda aos objetivos presentes e a adeque aos desafios futuros?

Fonte: (Autor, 2018)



Breve síntese da metodologia da investigação

Neste trabalho utilizam-se as Normas de Execução Permanente do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM, 2015a) e (IESM, 2015b), e as Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (Santos, 2015), como referências.

O TII irá se basear na classificação ontológica do construtivismo, na epistemológica do interpretativismo e desenho da pesquisa no estudo do caso. A estratégia de investigação é a qualitativa e será utilizado o raciocínio dedutivo.

O percurso metodológico divide-se em: fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva e os instrumentos metodológicos constam de três partes distintas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Organização do trabalho

O presente estudo, para além da introdução, compõe-se de quatro capítulos e das conclusões. Na Tabela 1, apresenta-se a organização do trabalho. No Apêndice A pode ser verificado um esquema prático da organização do trabalho.

Tabela 1 - Organização do trabalho de investigação

Introdução	
Capítulo 1 - Revisão de literatura, modelo de análise e metodologia	
Capítulo 2 – O Domínio da Defesa da CPLP.	Análise da atual estrutura e modo de funcionamento da CTM.
Capítulo 3 – A Atual Conjuntura Mundial.	Identificação das ameaças para a CPLP, no que tange à CTM e de acordo com a atual conjuntura mundial.
Capítulo 4 – Os Desafios Futuros para a CPLP e os Subsídios para a CTM.	Identificação dos desafios futuros para a CPLP, destacando os subsídios para que os EM estabeleçam uma CTM que responda aos objetivos presentes.
Conclusão	

Fonte: (Autor, 2018).



1. Revisão de literatura e metodologia

1.1. Revisão de literatura

Inicialmente, procedeu-se a revisão da literatura, procurando as fontes disponíveis sobre o tema em questão, incluindo a legislação e documentação oficial da CPLP, como, dentre outros, estatutos, protocolos, normas, relatórios de conferências, simpósios e trabalhos conjuntos; a legislação e documentação oficial dos EM, como os decretos, leis, portarias e diretrizes; e livros, revistas, teses, dissertações e artigos com valor científico, quer no contexto académico ou na sociedade em geral. Posteriormente, passou-se à revisão de documentos de importantes entidades, a nível mundial, que tratam da atual conjuntura global, das ameaças e desafios existentes.

O corpo de conceitos está plasmado no Apêndice B, destacando-se os conceitos de defesa, segurança, CTM e outros correlacionados.

A Declaração Constitutiva da CPLP, de 17 de julho de 1996, cria a Comunidade e estabelece seus imperativos e objetivos nas diferentes áreas de atuação. Ela foi o resultado das aspirações dos povos e da consolidação do trabalho integrado dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros (MNE) e das Relações Exteriores desses países.

O Estatuto da CPLP define a Comunidade como o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros. Estabelece sua sede, objetivos, princípios, membros fundadores e observadores. Estabelece o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, a sua organização institucional, com os diferentes órgãos, conselhos, conferências e reuniões, suas diretrizes, competências e atribuições para cada integrante, ou seja, as disposições gerais desta organização institucional (CPLP, 2007).

O Estatuto da CPLP preconiza, dentre os seus principais objetivos, a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social (CPLP, 2007).

A sistematização das atividades na área de defesa e segurança ocorreu com a assinatura do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio Defesa (PCDD da CPLP), em 15 de setembro de 2006, na cidade de Praia.

Este protocolo cria os objetivos global e específicos de CTM, estabelece a composição, estrutura e modo de funcionamento dos órgãos componentes da defesa e identifica vectores fundamentais para a afirmação da defesa como instrumento de manutenção da paz e



segurança (CPLP, 2006). Em 2015, os ministros da defesa acordaram em rever o PCDD da CPLP, fase que se encontra até hoje.

A Nova Visão Estratégica da CPLP 2016-2026 é o mais novo documento orientador da Comunidade, aprovado na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em novembro de 2016, na cidade de Brasília. Na ocasião, foram estabelecidas as prioridades de organização para a próxima década e renovada a determinação em prosseguir aprofundando a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da Língua Portuguesa, no mundo, de modo a fortalecer a organização e a sua presença junto aos cidadãos dos EM e junto à comunidade internacional.

Os principais documentos reguladores, adotados pela RP, para o estabelecimento das CTM são: a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Defesa Nacional, a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, o Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e a Lei Orgânica da Direção-Geral da Política de Defesa Nacional (DGPDN).

O CEDN define os aspetos fundamentais da estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional. Destaca, ainda, que um dos vetores e linha de ação estratégica prevista para exercer a soberania e neutralizar ameaças e riscos à segurança nacional é a consolidação das relações externas de defesa. Para tal, há necessidade de um aprofundamento das políticas de cooperação com a comunidade Lusófona, alargando as relações bilaterais e multilaterais de segurança e defesa com os EM da CPLP. (Presidência do Conselho de Ministros, 2013).

A revisão da literatura também contou com pesquisas à importantes entidades de renome mundial que analisam a atual conjuntura mundial, as ameaças existentes e os desafios futuros, tais como, dentre outros: *Fund For Peace (FFP)*, *Transparency International*, *Economist Intelligence Unit (EIU)*, *International Monetary Fund (IMF)*, *United Nations Development Programme (UNDP)*, *Institute for Economics & Peace (IEP)*, *United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)*, *United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR)*, *World Economic Forum (WEF)*, *United Nations Migration Agency*, *International Institute for Strategic Studies (IISS)* e *Center for Strategic International Studies (CSIS)*.



1.2. Metodologia

O TII baseou-se na classificação ontológica do construtivismo, na epistemológica do interpretativismo e desenho da pesquisa no estudo do caso.

A estratégia de investigação utilizada foi a qualitativa, processo que em vez da medição do fenómeno, o objetivo é alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo, sem se preocupar com medições e análises estatísticas (Santos, 2016). Desta maneira, foi estudado a situação atual da CTM da CPLP, procurando verificar os subsídios que podem torná-la mais adequada face à atual conjuntura mundial, aos objetivos presentes e desafios futuros para a CPLP.

Foi utilizado o raciocínio dedutivo, partindo do geral para o particular, quando do estudo dos documentos enquadrantes da CPLP e EM, de análise de toda a estrutura e modos de funcionamento da CTM e da identificação das ameaças e dos desafios futuros, identificou-se subsídios para a mudança de comportamentos, no caso, mudanças ou aperfeiçoamentos no que se refere à cooperação existente.

O percurso metodológico dividiu-se em fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva.

A fase exploratória, iniciada com a atribuição do tema, seguido pela definição do estado da arte, pelas leituras preliminares e identificação de fontes primárias e secundárias de dados e informações a pesquisar; problematização, levantamento do objeto de estudo e dos objetivos de investigação, das questões central e derivadas; elaboração do modelo de análise e definição preliminar do procedimento metodológico.

A fase analítica realizada com a coleta de dados, por intermédio da continuação da consulta em fontes primárias e secundárias, por meio de entrevistas com estudiosos do assunto e representantes da CPLP, dos EM e instituições de interesse para o tema, como Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, a realização da análise e apresentação desses conteúdos. Os dados foram tratados de forma qualitativa e por um raciocínio dedutivo.

Como foram utilizadas diferentes formas de recolha de dados, optou-se pela análise de conteúdo de observação participante e entrevista em profundidade. As fases seguidas foram: 1ª fase – Transcrição, 2ª – Leitura, 3ª – Construção de Sinopses, 4ª – Análise Descritiva e 5ª – Análise Interpretativa (Santos, 2016).



A fase conclusiva durante a qual foram conduzidas as tarefas de avaliação e discussão dos resultados, apresentação das conclusões, contributos para o conhecimento, ultimando a redação do trabalho e finalizando com a apresentação e defesa do mesmo.

Os instrumentos metodológicos constam de três partes distintas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Desta maneira, houve um levantamento segmentado e paulatino dos dados, de forma que, ao final, chegou-se ao resultado.

A pesquisa bibliográfica, que utilizou as fontes secundárias de consulta, e a pesquisa documental, que utilizou as primárias, realizadas mediante a consulta aos estatutos, protocolos, normas, relatórios de conferências, simpósios, trabalhos conjuntos e documentos em gerais da CPLP; consulta aos decretos, leis, portarias, diretrizes, manuais e outros documentos dos EM. Foram verificados também diversos documentos de Centro de Estudos Estratégicos dos EM e de OI.

As pesquisas ocorreram nas repartições e seções do Instituto Universitário Militar (IUM), do Ministério da Defesa (MD) de Portugal, das FFAA Portuguesas, da CPLP - sede Lisboa, bem como nas bibliotecas públicas e privadas, militares e civis.

Foram também pesquisados, dentre outros, os trabalhos académicos, teses, dissertações, livros, revistas, jornais, artigos publicados e opiniões de diferentes autores relacionados com o tema em estudo. Essas pesquisas também ocorreram pela rede mundial de computadores e por arquivos digitais selecionados nas bibliotecas e repartições visitadas.

No que tange a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, para a verificação de dados e aprofundamento no assunto, com militares e civis, integrantes da CPLP, MD, FFAA, EM e OI, que trabalham com o assunto em questão. Cabe destacar os Embaixadores de Brasil e Portugal na CPLP, os Adidos de Defesa de Portugal nos EM da CPLP, os dirigentes do CAE e Núcleos Nacionais (NN) do CAE nos EM e especialistas do assunto.

A pesquisa de campo seguiu a seguinte sistemática:

- Elaboração dos instrumentos de pesquisa;
- Validação dos instrumentos;
- Aplicação dos instrumentos no universo; e
- Análise crítica das informações obtidas e consolidação das questões de estudo.

As entrevistas foram tratadas segundo uma análise de conteúdo para, segundo Santos (2016, p.117): “obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo



das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

O Apêndice C apresenta a relação dos entrevistados, a consolidação das principais respostas e as análises das entrevistas, com o intuito, também e ao final, de validar os resultados obtidos.

Desta forma, procurou-se obter o máximo de informações sobre as questões de estudo, enfatizando os seus fatores determinantes, de forma que se possa atingir aos objetivos propostos.



2. O Domínio da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Inicialmente, os assuntos de segurança e defesa não foram contemplados nos documentos originais da CPLP, como a Declaração Constitutiva e o Estatuto.

Com o passar do tempo, percebeu-se essa necessidade e surgiram as primeiras reuniões, discussões e acordos sobre a globalização da CTM. As ideias foram sendo aperfeiçoadas e surgiram outras iniciativas, como a realização de exercícios militares, os intercâmbios na área de formação militar, a importância de um centro de pesquisas e estudos em matérias de interesse comum.

Somado a esses fatores, observou-se a importância das experiências vividas no campo das cooperações bilaterais, o que pode ser reforçado pelo pensamento de Pinto (2013, p.101), quando afirma que “Em primeiro lugar, qualquer cooperação multilateral exige uma bilateral fecunda (...) Em segundo lugar, é preciso assegurar que o entendimento entre as eventuais partes é o mesmo”.

O PCDD da CPLP, estabelecido em 2006, tem como objetivo global promover e facilitar a cooperação entre os EM, através da sistematização e clarificação das ações a empreender. Os objetivos específicos são: criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de Defesa Militar; promover uma política comum de cooperação nas esferas da Defesa e Militar; e contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das FFAA dos EM (CPLP, 2006).

O Protocolo estabelece como vetores fundamentais para a afirmação da Defesa na CPLP: a solidariedade entre os EM; a sensibilização das comunidades nacionais quanto à importância do papel da FFAA na Defesa da Nação; a troca de informação e experiências entre os EM; a implantação de programa integrado de intercâmbio na formação militar; o prosseguimento dos exercícios militares conjuntos e combinados da série Felino; a procura de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e zonas económicas exclusivas; a realização de encontros de medicina militar; a realização dos jogos desportivos militares e outras ações que reforcem a afirmação do componente da Defesa (CPLP, 2006).

Ele define, ainda, a estrutura e o modo de funcionamento dos órgãos do componente da Defesa.

A estrutura é composta pelos seguintes órgãos, que podem ser considerados como uma forma de cooperação e integração: Reunião dos Ministros da Defesa Nacional ou equiparados, Reunião dos Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas



(CEMGFA) ou equiparados, Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional ou equiparados, pelo CAE e Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa (SPAD).

O SPAD possui sua sede em Lisboa e a missão de estudar e propor medidas para implementação de ações para a cooperação multilateral, identificadas no quadro de multilateralização das CTM. É responsável, ainda, por secretariar as reuniões acima mencionadas.

Serão abordadas de seguida as iniciativas no campo das CTM. Antecipadamente, ressalta-se que algumas iniciativas anunciadas não foram executadas, como os jogos desportivos militares e as reuniões dos Diretores dos Serviços de Informações Militares (DSIM).

2.1. A Cooperação Técnico-Militar multilateral

2.1.1. O Centro de Análise Estratégica

A criação do CAE, órgão responsável pela pesquisa, estudo e difusão dos conhecimentos, no domínio da estratégia e com interesse para os objetivos da CPLP (CPLP, 2015b), data da primeira reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos EM da CPLP, em 1998, quando, desde então, foram identificadas novas áreas de cooperação multilateral.

O CAE possui uma estrutura central, composta pelo Conselho Consultivo e o Diretor, localizada na cidade de Maputo, em Moçambique, e outra descentralizada nos EM, que são os NN. Estes e em coordenação com o CAE realizam, anualmente e de forma rotativa entre os EM, como forma de integração e cooperação, seminários sobre temas de interesse para a segurança e defesa, inclusive com a participação de outros centros estratégicos, órgãos afins e membros académicos.

Em termos de cooperação na investigação, o CAE submete à aprovação dos CEMGFA e, destes aos Ministros da Defesa dos EM, assuntos e projetos de interesse da Defesa. A partir daí, são criados grupos de reflexão, cujos resultados são apresentados às autoridades acima listadas e divulgadas, se for o caso, pelo SPAD.

O CAE, como órgão de partilha de conhecimentos, produziu o documento Identidade da CPLP no Domínio Defesa, aprovado na Reunião dos Ministros da Defesa em 2015.

2.1.2. A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa

A Identidade da CPLP no Domínio Defesa visa aproveitar os laços históricos, os traços culturais comuns, a geografia marítima dos países, os valores semelhantes e,



fundamentalmente, a língua portuguesa para afirmar os interesses comuns dos EM no setor de Defesa (CPLP, 2015a, p.1).

No ambiente da Defesa, pode-se ir mais além, pois no ambiente militar existem outros aspectos comuns, pertencendo a um mesmo país ou não, como a hierarquia e disciplina, a organização e empenho no cumprimento das missões, os valores éticos da profissão, o trabalho em grupo e o espírito solidário, dentre outros. Essa identificação pode servir de aproximação e desenvolvimento das CTM.

A Identidade está baseada em quatro pilares mestres: valores e interesses; mobilização cooperativa; idiossincrasia da CPLP no Domínio da Defesa; e a centralidade do instrumento e cooperação militar.

A importância deste documento pode ser resumida nas palavras de Azevedo (2016): “(...) um novo documento estruturante e também otimizador das energias de cooperação (...) não só reúne os conceitos fundamentais que envolvem a geopolítica e o entorno global dos EM, e naturalmente o Atlântico Sul (AS) e Norte, mas também pretende ser, do ponto de vista conceptual, a matriz fundamental do componente de Defesa”.

A Identidade da CPLP também destaca a importância do contorno regional onde cada EM está inserido. Preconiza a participação em organismos regionais, como forma de alargar as redes de relacionamentos e de divulgar as potencialidades da CPLP.

Outro tópico é o potencial de dissuasão que a componente Defesa da CPLP deve ter nos dias atuais, para fazer frente às crescentes ameaças e desafios da conjuntura mundial, assunto que será abordado no Capítulo 3 deste trabalho.

A Identidade da CPLP no Domínio Defesa é um documento com ideias e elementos essenciais para a estratégia de cooperação multilateral, promovendo a solidariedade entre os EM, no sentido que dá coerência aos projetos comuns. Assume, ainda, o papel central da relevância que deve ter a cooperação entre as FFAA dos países da CPLP (Escorrega, 2017).

Pode-se considerar que este documento procura cobrir os vazios existentes no PCDD da CPLP.

2.1.3. A Estratégia da CPLP para os oceanos

A estratégia tem por finalidade, a partir de uma concentração de esforços e de uma visão integrada, promover, por intermédio da cooperação internacional, o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as áreas jurisdicionais dos EM (CPLP, 2009).



O mar está presente na geografia de todos os países da CPLP, tornando-se um elemento de identificação natural entre eles. São países costeiros e ribeirinhos que têm como principal via de comunicação entre eles o oceano Atlântico. Ainda, dos nove EM, seis deles são costeiros com o oceano AS, que abriga importantes rotas marítimas do comércio internacional e da economia mundial, com grande importância geoestratégica. Pode-se acrescentar a esta importância, dentre outros fatores, a grande variedade de recursos e riquezas naturais – biológicas e minerais.

Assim, nada mais natural e integrador que a CPLP procurasse desenvolver uma estratégia de cooperação em que o oceano/mar fosse o centro dos estudos. Uma maneira inovadora e na qual vislumbra-se boas perspectivas e com grandes espaços e possibilidades no futuro.

Há diversas áreas de atuação para desenvolver a CTM, dentre as quais cabe enfatizar: a concertação no campo internacional para o estabelecimento de uma política sobre os assuntos do mar; a investigação e conhecimento técnico e científico; a proteção do meio ambiente; o ordenamento do espaço marítimo; a segurança e vigilância marítima; a extensão da plataforma continental como um objetivo comum; os recursos naturais existentes nos fundos marinhos; o desenvolvimento de biotecnologias marinhas; a criação de um *cluster* marinho; a exploração de energias renováveis; o desenvolvimento da pesca e aquicultura com importância social e econômica; a atividade portuária, transportes e construção e o desmantelamento e reparação naval; e o potencial para o turismo.

O espaço para o surgimento e desenvolvimento de iniciativas no âmbito da CPLP é grande e muito há que se fazer, o que permite aparecerem novas ideias, como a criação de um centro de estudos marítimos da CPLP, o atlas dos oceanos da CPLP e a extensão da plataforma continental e programas associados.

Segundo Bernardino (2011, p. 51), a “Estratégia da CPLP para os oceanos baseia-se nas políticas nacionais dos EM e assenta numa visão comum de união e partilha, tendo em conta a diversidade de realidades existentes entre os diferentes EM, não só a nível económico e social, mas também ao nível geográfico. Esta visão comum poderá constituir numa ampla oportunidade para uma cooperação internacional em domínios essenciais para o desenvolvimento sustentável das atividades ligadas ao mar”. Bernardino aponta, ainda, em seu texto oito vetores de cooperação, definindo para cada um deles um conjunto de procedimentos viáveis e concretos, com organismos a integrar ou implementar, para o desenvolvimento e para a segurança marítima na CPLP.



Assim, a Estratégia da CPLP para os oceanos define diversos tipos de ações de cooperação, num sentido de divisão de tarefas entre os EM e, ao mesmo tempo, na interoperabilidade que deve existir.

2.1.4. A Conferência das Marinhas (CM)

A CM da CPLP engloba as Marinhas, Guardas Costeiras e Componentes Navais de Defesa das Forças Armadas dos EM e visa criar uma plataforma comum de debate e partilha de conhecimentos no âmbito naval; promover um ambiente de cooperação naval e marítimo; contribuir para o desenvolvimento das capacidades das Marinhas e manter uma comunicação permanente entre os Estado-Maiores das Marinhas dos EM (CPLP, 2015c).

A CM é organizada de 2 em 2 anos, com duração de 3 dias úteis, com responsabilidade alternada entre os EM. O país sede deverá emitir convites, planear a programação, selecionar os temas de debates e preparar o suporte logístico para o evento.

Assim, procuram-se desenvolver vetores essenciais da CTM como a solidariedade entre as marinhas, sensibilização das sociedades dos Países da CPLP, intercâmbio da informação, fortalecimento dos laços de confiança e criar sinergias no controlo das águas territoriais e zonas económicas exclusivas.

O oceano/mar é um local que possui e, ao mesmo tempo, por onde circulam grandes riquezas, naturais, artificiais, comerciais ou de outras ordens, estando sujeito à ações e interferências diversas, principalmente por parte de criminosos. Assim, as ameaças aos EM são constantes, o que faz crescer de importância os entendimentos sobre as CTM. As ameaças no âmbito da CPLP serão analisadas no Capítulo 3 deste TII.

Para Santos (2011, p. 25 e 26), “Esta situação de natureza estratégica aconselha que a região do Atlântico a sul do Trópico de Câncer disponha de um sistema multilateral de segurança próprio até porque circulam por ela produtos em todas as direções (...) que podem ser ou já estão a ser ameaçados pela pirataria crescente marítima (...) em especial em certos troços da costa ocidental africana e na região do golfo da Guiné (...) [para] garantir a segurança dos países e pessoas que os habitam, da liberdade de navegação, dos recursos biológicos e minerais”.

Em decorrência desta importância geoestratégica e segundo Lourenço (2011, p. 38), a CPLP precisa investir na operacionalização da segurança marítima no espaço lusófono, pois cria sinergias de articulação das marinhas e guardas costeiras dos EM com outros setores



vital dos Estados e da sociedade, possibilitando equilíbrios de ordem social, económica e política.

Percebe-se que há muito espaço para avançar nas negociações das CTM relacionadas ao oceano/mar e a segurança marítima. Cada dia surgem novidades tornando necessário ações mais concretas, que transformem a teoria em prática.

2.1.5. Os exercícios militares

Os exercícios militares no âmbito da CPLP têm por objetivos criar uma doutrina militar comum, nivelar conhecimentos e permitir uma interoperabilidade entre as FFAA dos EM, de modo a atingir a capacidade desejada a potenciais cenários de intervenção, com operações militares de apoio à paz ou de ajuda humanitária (CPLP, 2000).

A principal plataforma para consecução desses objetivos são os exercícios militares da série Felino, iniciados em 2000, com uma periodicidade anual, de forma rotativa, alternando a versão exercício na carta com as forças no terreno, cujo contexto visa a preparação de uma Força de Tarefa Conjunta e Combinada.

Conforme a Declaração Constitutiva e Estatuto, a CPLP não pode agir como um OI regional de defesa com capacidades militares para atuar em qualquer cenário, mas no entanto tem uma vocação natural de proteção e intervenção humanitária, podendo agir em resposta a pedidos de apoios em casos de catástrofes, desastres naturais e outros de ajuda humanitária, bem como em ambientes de manutenção da paz no quadro das missões da Organização das Nações Unidas (ONU) (Azevedo, 2016).

Em 2017, foi realizada a 17ª edição dos Exercícios Felinos no Brasil, na Academia Militar das Agulhas Negras, cidade de Resende. As grandes experiências e aprendizagens obtidas por todos EM da CPLP nestes treinos permitiram muitas interações entre diversos setores das FFAA.

Considera-se que esta CTM está bem consolidada e a tendência natural é cada vez mais o seu aperfeiçoamento. Esses treinos, que servem para o desenvolvimento de capacidades militares dos EM permitem uma projeção internacional da CPLP.

Há espaço para novos avanços e outros tipos de cooperação, como a constituição de uma força conjunta para o emprego em ações humanitárias ou emergenciais ou para a participação conjunta em operações de manutenção de paz sob a égide da ONU.



Tais suposições são reforçadas pelo estabelecimento dos “Princípios Gerais e Orientações de base a adotar num Mecanismo Multilateral de Resposta à Catástrofes”, por ocasião da 19ª Reunião dos CEMGFA, realizada em Lisboa, no ano de 2017.

2.1.6. Fórum de Saúde Militar (FSM)

O FSM é constituído por especialistas do serviço de saúde militar dos EM, através de pelo menos um representante de cada país, visando reforçar os laços de colaboração profissional nas áreas de atuação da saúde militar. O FSM é um espaço para discussão e partilha de conhecimentos que promove a doutrina sanitária das FFAA, de modo a contribuir para a prevenção e combate a grandes endemias e catástrofes sanitárias (CPLP, 2013).

Como exemplos de atividades bem-sucedidas deste tipo de cooperação, pode-se destacar a recente aprovação, em 2017, por ocasião do IV FSM, do Regulamento Interno do FSM da CPLP, da Estratégia da CPLP para Saúde Militar e o Plano de Ação de FSM/CPLP 2017-2018.

O Plano de Intercâmbio de Militares da CPLP para a formação e investigação em Saúde Militar, em 2017, proporcionou a realização de diversos cursos para Oficiais e outros Graduados, nas áreas de medicina, odontologia, psicologia, administração, enfermagem e técnico em enfermagem. Cabe destacar, que os países fornecedores dos cursos foram a RP e a RFB.

Assim, a consolidação das atividades nesta área sugere que este tipo de CTM tende a desenvolver-se e ocupar mais espaço na área da CPLP.

2.1.7. O Colégio de Defesa (CD)

O CD constitui-se como um fórum especializado de formação e capacitação, projetado para militares e civis dos EM da CPLP em assuntos de defesa, tendo, como objetivos, potencializar a cultura de defesa contribuindo para coesão dos EM, promover e cooperar com o intercâmbio científico para contribuir com o reforço e edificação de estruturas de ensino militares e de Defesa (CPLP, 2016c).

O CD apoia-se nos Institutos de Defesa e Institutos Superiores Militares dos EM, desenvolvendo as atividades de disseminação da doutrina comum de Defesa da CPLP e oferta de cursos de qualificação, formação específica e atualização de conhecimentos bem como estágios na área de Defesa. A coordenação tem a duração de uma ano, de forma



rotativa entre os EM, podendo os cursos serem ministrados, no todo ou em parte, na modalidade de ensino à distância.

Escorrega (2016, p. 11) comentou a respeito do CD: “Além de promover o relacionamento entre os quadros, estudam-se e analisam-se dinâmicas no quadro da Grande Estratégia e incentivam-se reflexões sobre assuntos pertinentes que afetem a defesa e segurança, abrangendo componentes críticas, de cariz estrutural, genético, operacional e mesmo político.”

Por ocasião da 19ª Reunião dos CEMGFA realizada em Lisboa, no ano de 2017, foram aprovadas as Normas de Funcionamento do CD, fixando o seu funcionamento pela primeira vez no ano de 2018, no Brasil.

O CD é uma iniciativa nova, numa área com grandes experiências bilaterais pelos EM da CPLP e com espaço para crescimento: a área de educação e formação militar.

2.2. A Cooperação Técnico-Militar bilateral – o exemplo de Portugal

A CTM bilateral da RP com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) começou a partir de 1978 e, com o Timor-Leste, a partir de 2002, após a independência das antigas colônias, com os acordos gerais de cooperação na área de formação militar.

Desde este período até à atualidade, a evolução foi constante, classificando-se em acordos de 1ª geração, na década de 1980, quando o foco era a cooperação técnica no domínio militar; e acordos de 2ª geração, a partir de 2012, quando se passou a cooperação no Domínio da Defesa.

Os Projetos da CTM são decorrentes de acordos bilaterais definidos ao nível político, acordados entre o MDN Português e o seu homólogo no Estado parceiro, enquadrados em Programa-Quadro (PQ). A DGPDN solicita a colaboração dos Ramos para efetuar a análise das necessidades locais e propõe a execução do PQ ao Estado parceiro.

A Direção de Serviço de Cooperação no Domínio Defesa, da DGPDN, é o órgão responsável pelo assunto no MDN, e tem como área prioritária com interesse estratégico para a RP, com recentes PQ de CTM firmados, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (Serra, 2018).

As principais áreas de atuação com os países acima referenciados constituem-se nas componentes de formação, ensino superior militar, aéreas, terrestres, navais e autoridade do estado do mar, estrutura superior de defesa e das FFAA e formação em Portugal.

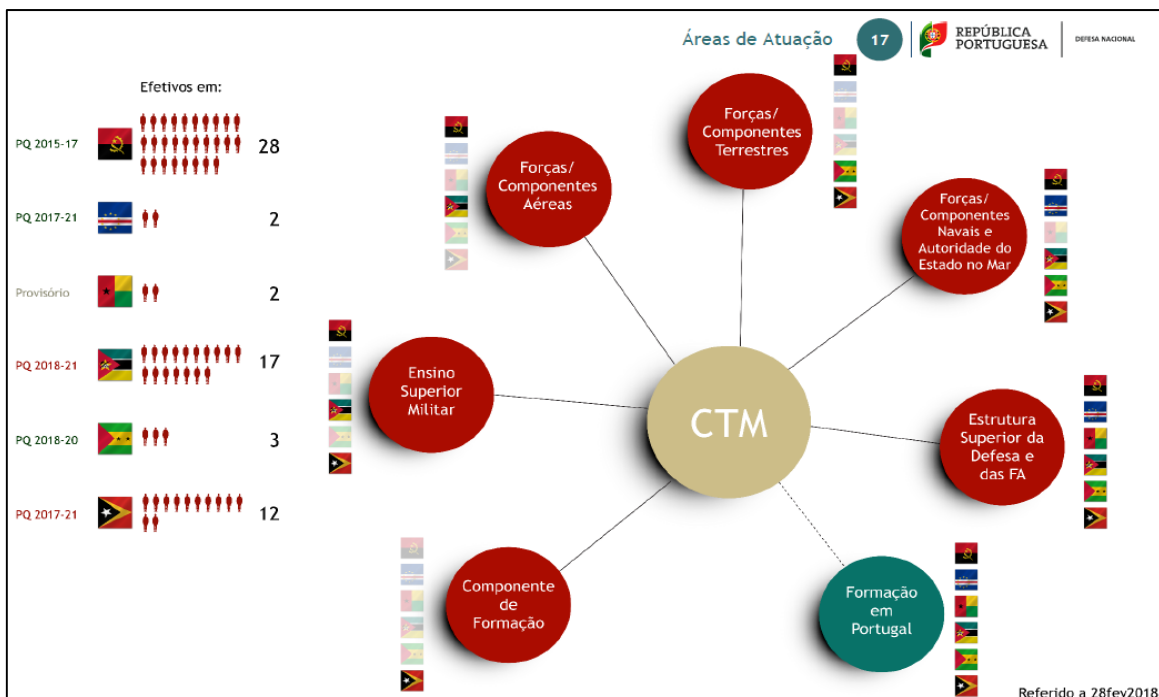


Para Pinto (2013), “A cooperação técnica-militar é hoje um importante ativo das relações entre Portugal, os PALOP e Timor-Leste. São quatro os pilares essenciais desse êxito: a seriedade de uns e de outros, a qualidade e o profissionalismo dos Quadros militares portugueses que nela têm sido empenhados, o valor da língua portuguesa como instrumento veicular e a afinidade cultural entre todos os seus atores”. Pode-se deduzir que esses pilares destacados por Pinto são os fatores de sucesso de cooperação, ao longo de diversos anos.

A CTM bilateral, na formação de pessoal ou no ensino superior militar, não se limita à transmissão do saber, também pretende dotar os militares de conhecimentos técnicos e científicos, concorrendo para aumentar o prestígio das FFAA e valorizar as capacidades dos seus integrantes na sociedade local (Duarte, 2011).

Na Figura 01 abaixo, apresenta-se um resumo das áreas de atuação das CTM bilaterais da RP com os países parceiros, mostrando também, nestes parceiros, o período de vigência dos PQ e número de militares portugueses que participam das CTM.

Figura 1 – Áreas de atuação da CTM Portuguesa bilateral



Fonte: (Serra, 2018).

As mais valias da CTM bilateral são a capacitação institucional das estruturas superiores de defesa nacional, a capacitação militar das FFAA, formação e qualificação de militares de cada país, apoio às populações locais e ao desenvolvimento, renovação de material e recuperação de infraestruturas (Serra, 2018).



Para Azevedo (2016): “O verdadeiro dilema é saber como se faz? Como tornar a cooperação bilateral do passado, na cooperação multilateral do presente e refletir sobre a necessidade de se ter na Comunidade uma cooperação estratégica para o futuro”.

Assim, a evolução, reforço ou transformação da CTM bilateral para multilateral não será fácil, impõe-se que a primeira tenha trilhado um caminho de sucessos e saberes consolidados e que possibilitem a participação de novos países, com os mesmos entendimentos e objetivos comuns, em que pese prioridades nacionais divergentes. Nesse sentido, é que o Domínio da Defesa da CPLP pode valer-se das experiências obtidas pela RP ao longo de mais de 40 anos, contribuindo para o impulso necessário à multilateralidade.

2.3. A Cooperação Técnico-Militar Francesa na África – um exemplo

A França iniciou, em 1997, o programa de Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção de Paz (RECAMP), para atender aos interesses dos países daquele continente em gerenciar os seus próprios problemas de Segurança e Defesa.

Neste contexto, realizou vários exercícios no terreno com exércitos africanos, para desenvolver, nestes exércitos, uma capacidade efectiva de conduzir operações de apoio à paz e missões de ajuda humanitária no continente, sob a égide da ONU e em ligação com a União Africana (UA) (Pinheiro, 2006, p. 148).

Com o sucesso deste programa, a França conseguiu inscrever o RECAMP na agenda africana da UE. Com o programa Euro RECAMP Amani-África, a UE junta-se à França, numa parceria com a UA, que reúne diversos Estados e visa avaliar as capacidades e os procedimentos para recrutar forças africanas numa operação multidimensional.

Os ciclos RECAMP apoiam-se em três vectores fundamentais: formação de quadros e treino de forças militares nas técnicas específicas das operações de apoio à paz; realização periódica de exercícios multinacionais, de âmbito sub-regional, inclusive com a participação de forças de segurança tipo polícia; e pré-posicionamento pela França do material colectivo necessário ao levantamento do Batalhão RECAMP atribuído a uma determinada sub-região (Pinheiro, 2006, p.148-149).

O programa conta com o apoio, além da UE e UA, de OI regionais, dos EUA, da Alemanha, do Reino Unido, da Rússia, do Canadá, da Espanha, da Itália, da Suíça, de Portugal e outros países. A flexibilidade, a natureza modular e a capacidade de expansão deste programa são factores essenciais para a conquista de novos parceiros.



Nesta parceria, foram identificadas três áreas de cooperação: diálogo político, operacionalização dos países africanos para a paz e segurança e um financiamento previsível para a cooperação (*European Union, 2009*).

Assim, buscaram-se iniciativas económicas para a realização das atividades, cooperações e treinos com a criação e existência de um fundo de financiamento, com recursos advindos, da UE, de países europeus e não-europeus, entidades financeiras – bancos e agências de desenvolvimento, outros OI, ministérios e outras organizações. Segundo Haastrup (2009, p.3): “*EURORECAMP-AMANI AFRICA supports the African Standby Force by providing a source of **predictable funding** (for training), knowledge or logistical know - how of peace support operations and a well - functioning institutional infrastructure*”.

A UE, como OI, possui ainda outros tipos de iniciativas para financiamentos de atividades e cooperações com a UA e países deste continente, como o Fundo Fiduciário de Emergência da UE em favor da África e o Fundo Fiduciário UE-África para infraestruturas.

2.4. Síntese conclusiva

O Domínio da Defesa possui uma organização bem definida no seu Protocolo, que estabelece, dentre diversos fatores, os objetivos global e específicos. A CTM está estruturada, com tipos e modo de funcionamento coerentes com as realidades dos EM, como as reuniões de Ministros da Defesa, dos CEMGFA e Diretores da Política de Defesa, o CAE e SPAD.

Alguns documentos iniciais não contemplaram aspectos importantes da defesa, que foram corrigidos, recentemente, com a Identidade da CPLP para o Domínio Defesa e a Estratégia da CPLP para os oceanos.

No campo das ações práticas, algumas CTM já estão bastante consolidadas, como os exercícios militares da série Felino, e que também podem servir de trampolim para novas cooperações, como forças conjuntas em relação às questões humanitárias ou emergenciais e operações de manutenção da paz da ONU.

Outras CTM ainda necessitam de aperfeiçoamentos, decorrentes dos poucos anos de existência, como o FSM e o CD, ou decorrentes das transformações mundiais, como a CM. Assim, pode-se avançar nas áreas de saúde, de ensino e formação militar, desenvolvimento tecnológico e científico, controlo, fiscalização e segurança marítima. Outras cooperações



anunciadas não foram realizadas, como os jogos desportivos militares e as reuniões dos DSIM.

A CTM Portuguesa, no âmbito bilateral, está bastante amadurecida decorrente dos vários anos de realização. Nota-se que há benefícios para ambos os países, fornecedor e receptor, em diversas áreas da defesa. O sucesso e os saberes obtidos na CTM bilateral pode impulsionar a CTM multilateral.

A CTM Francesa na África evoluiu bastante desde a sua criação na década de 1990, conseguindo reunir diversos parceiros – OI, países e entidades financeiras, para a criação de um fundo de financiamento da cooperação.

A CPLP pode ser considerada como um OI recente, com pouco mais de 20 anos de criação e assim, também o Domínio da Defesa. Há muito que amadurecer e que, embora tenha-se progredido, há novos espaços para a consolidação e o crescimento da CTM entre os EM.



3. A atual conjuntura mundial

Neste capítulo, será caracterizada a atual conjuntura mundial pela verificação das ameaças internas nos EM da CPLP e ameaças globais, analisando os diferentes aspectos que podem influenciar as relações entre os EM bem como condicionar a CTM.

Em relação às ameaças internas, Oliveira (2017, p. 9) afirma que: “os Estados podem ser afetados por três tipos de fraquezas, que podem potencializar ameaças: a fraqueza interna, a do abandono das fronteiras e a da ausência de política externa e de defesa”.

A primeira – fraqueza interna, diz respeito ao sistema político e económico, que deve ser funcional e eficiente em um mundo de constante transformação, com uma sociedade forte e estável. A última – ausência de política externa e de defesa, relacionam-se, respectivamente, com a inexistência de políticas que contemplem as alianças, parcerias e cooperações coerentes com o interesse nacional; e com diretrizes para o enfrentamento de novas e emergentes ameaças aos Estados (Oliveira, 2017).

No que diz respeito às ameaças globais, Feiticeira (2016, p. 33) salienta que: “ (...) as ameaças de ontem e de hoje são claramente diferentes: são hoje instrumento de mais atores, mais globais, mais desmilitarizadas, menos territoriais, mais perigosas e inclusivamente mais difíceis de identificar e caracterizar”.

O Mundo do Caos (Feiticeira, 2016, p. 24) é a expressão que define o mundo atual, em constantes transformações, sendo que uma das principais é o crescimento do número de estados frágeis ou de áreas onde os estados são incapazes de garantir suas soberanias, particularmente quanto à segurança e à sustentação das vidas das pessoas.

3.1. As ameaças internas nos EM da CPLP

Os EM foram analisados segundo as suas situações política, económica, social, segurança e defesa, e relações externas. Para isto, foram estabelecidos parâmetros de análise conforme os itens que se seguem.

No campo político, foram analisadas a fragilidade e ingovernabilidade dos EM, segundo o *FFP*; a percepção mundial de corrupção, segundo a *Transparency International*; e a situação democrática, de acordo com a *EIU*.

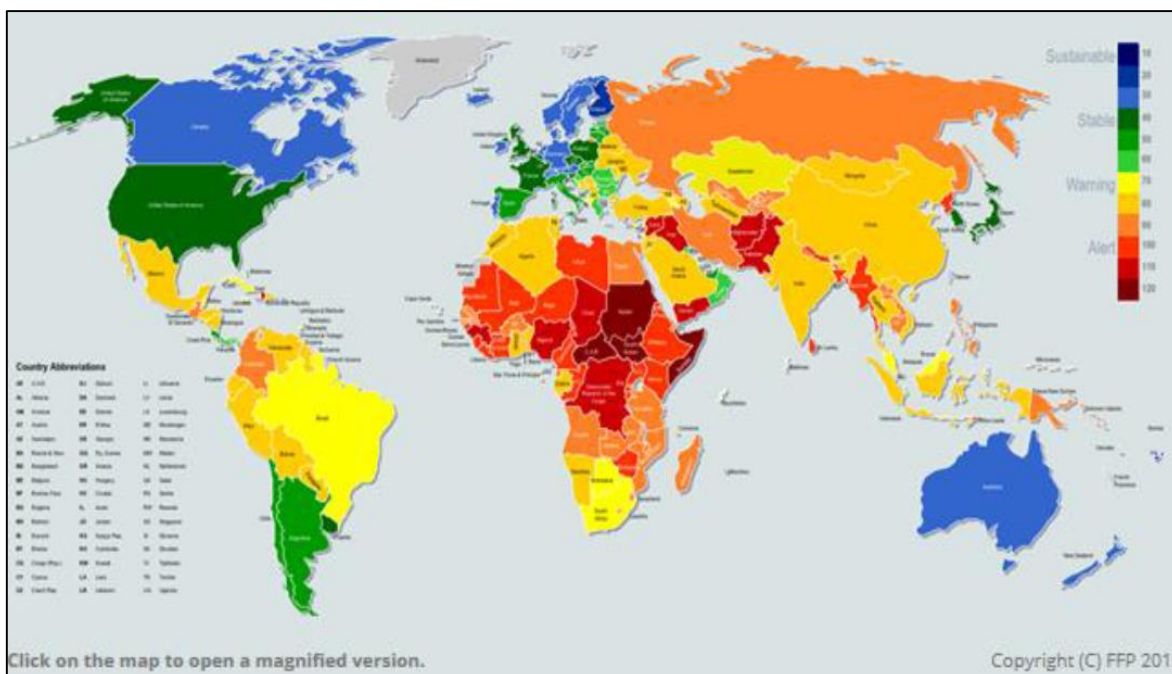


Quadro 3 – Fragilidade e Ingovernabilidade

EM da CPLP	Fragilidade e Ingovernabilidade		
	Índice	Posição	Nível
Angola	91,1	32/178	<i>Alert</i>
Brasil	68,2	110/178	<i>Warning</i>
Cabo Verde	70,1	106/178	<i>Elevated Warning</i>
Guiné Bissau	99,5	16/178	<i>Alert</i>
Guiné Equatorial	85,0	51/178	<i>High Warning</i>
Moçambique	89,0	40/178	<i>High Warning</i>
Portugal	29,0	164/178	<i>Sustainable</i>
São Tomé e Príncipe	72,1	97/178	<i>Elevated Warning</i>
Timor Leste	90,5	35/178	<i>Alert</i>
Condicionantes	- Quanto menor for o índice, maior a estabilidade e a posição do EM. - Níveis (do melhor para o pior): <i>Very Sustainable, Sustainable, Very Stable, More Stable, Stable, Warning, Elevated Warning, High Warning, Alert, High Alert, Very High Alert.</i>		

Fonte: (Adaptado de FFP, 2017, p. 4-7).

Figura 2 – Fragilidade e Ingovernabilidade



Fonte: Adaptado de (FFP, 2017, p. 4-7).

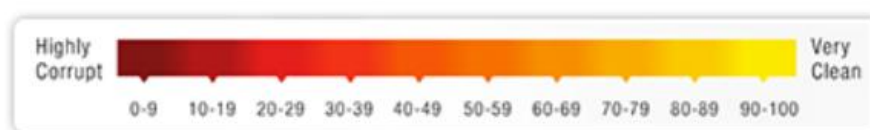
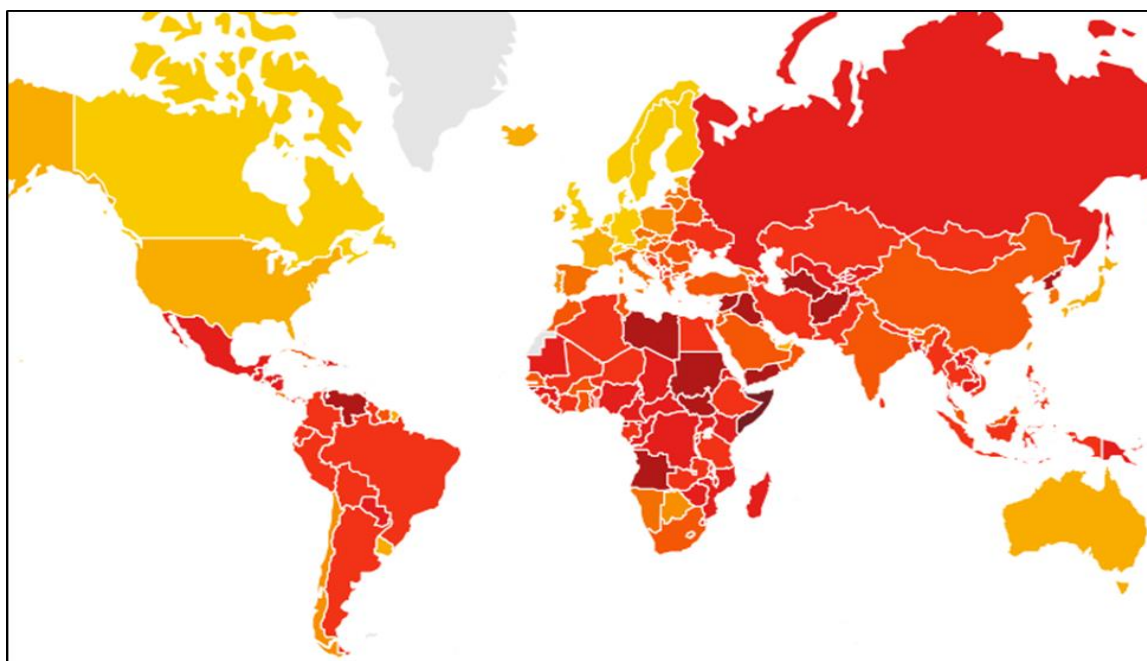


Quadro 4 – Percepção da corrupção e Democracia

EM da CPLP	Percepção da corrupção		Democracia	
	Índice	Posição	Índice	Nível
Angola	19	167/180	3,62	<i>Authoritarian</i>
Brasil	37	96/180	6,86	<i>Flawed Democracies</i>
Cabo Verde	55	48/180	7,88	<i>Flawed Democracies</i>
Guiné Bissau	17	171/180	1,98	<i>Authoritarian</i>
Guiné Equatorial	17	171/180	1,81	<i>Authoritarian</i>
Moçambique	25	153/180	4,02	<i>Hybrid Regime</i>
Portugal	63	29/180	7,84	<i>Flawed Democracies</i>
São Tomé e Príncipe	46	64/180	-	-
Timor Leste	38	91/180	7,19	<i>Flawed Democracies</i>
Condicionantes	- Quanto maior for o índice menor a corrupção e o posicionamento do EM. - Total de 180 países.		- Quanto maior for o índice, mais democrático. - Níveis: <i>Full Democracies</i> , <i>Flawed Democracies</i> , <i>Hybrid Regime</i> , <i>Authoritarian</i> .	

Fonte: Adaptado de (*Transparency International, 2018; e de EIU, 2018*).

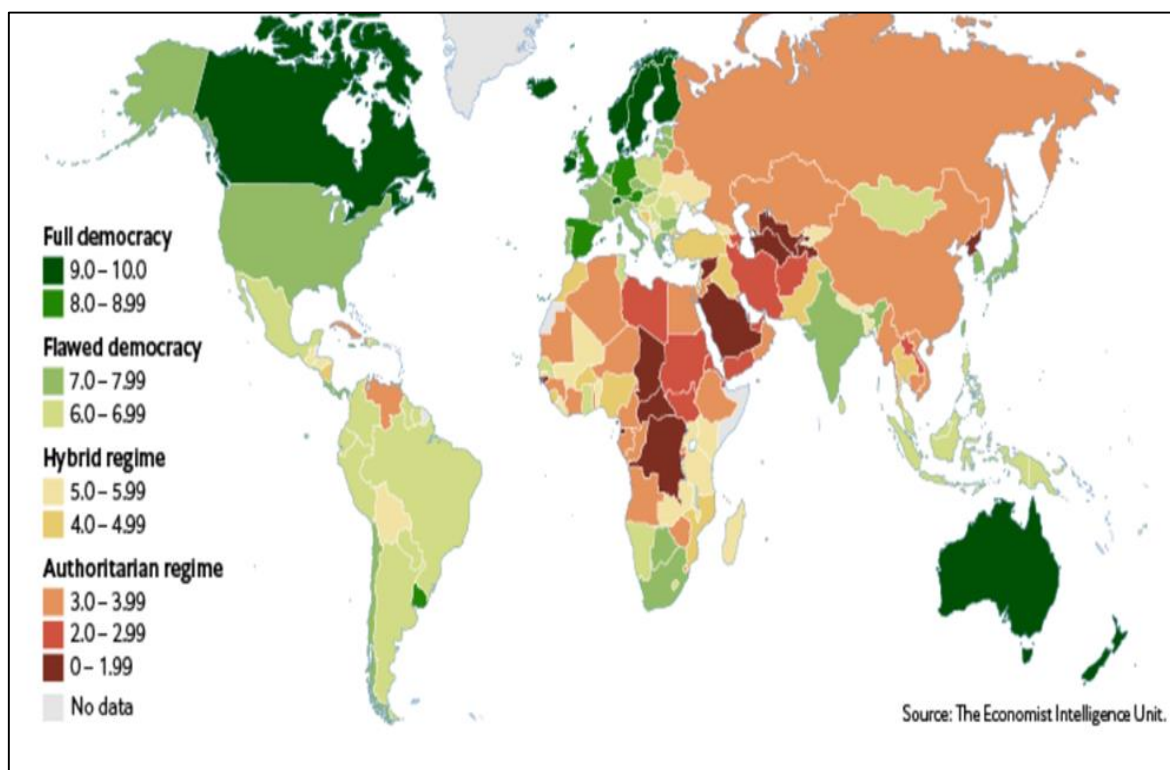
Figura 3 – Percepção da corrupção



Fonte: Adaptado de (*Transparency International, 2018*).



Figura 4 – Democracia



Fonte: Adaptado de (EIU, 2018).

Nos campos económicos e sociais, os selecionados foram, respectivamente, a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita* em mil US\$, ambos do *IMF*; e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do *UNDP*.

Quadro 5 – Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto *per capita*

Estados-Membros da CPLP	PIB	PIB <i>per capita</i>
	Taxa de crescimento	Valor em mil (US\$)
Angola	2,2	6,85
Brasil	2,3	16,2
Cabo Verde	4,3	7,32
Guiné Bissau	5,5	1,95
Guiné Equatorial	- 8,5	32,86
Moçambique	3,0	1,27
Portugal	2,4	31,96
São Tomé e Príncipe	5,0	3,34
Timor Leste	2,8	5,1
Condicionantes	Possibilitam uma avaliação da economia do EM.	

Fonte: Adaptado de (IMF, 2018).



Quadro 6 – Índice de Desenvolvimento Humano

Estados-Membros da CPLP	IDH		
	Índice	Nível	Posição
Angola	0,533	Baixo	150/188
Brasil	0,754	Elevado	79/188
Cabo Verde	0,648	Médio	121/188
Guiné Bissau	0,424	Baixo	178/188
Guiné Equatorial	0,592	Médio	135/188
Moçambique	0,418	Baixo	181/188
Portugal	0,843	Muito elevado	41/188
São Tomé e Príncipe	0,574	Médio	142/188
Timor Leste	0,605	Médio	133/188
Condicionantes	- Quanto maior for o índice, melhor o nível social e menor o posicionamento. - Total de 188 países analisados.		

Fonte: Adaptado de (UNDP, 2018, p. 22-25).

Na segurança e defesa, os índices foram de segurança mundial; dos conflitos internos; da segurança pública (ou segurança da sociedade); e dos gastos com a violência, todos do IEF.

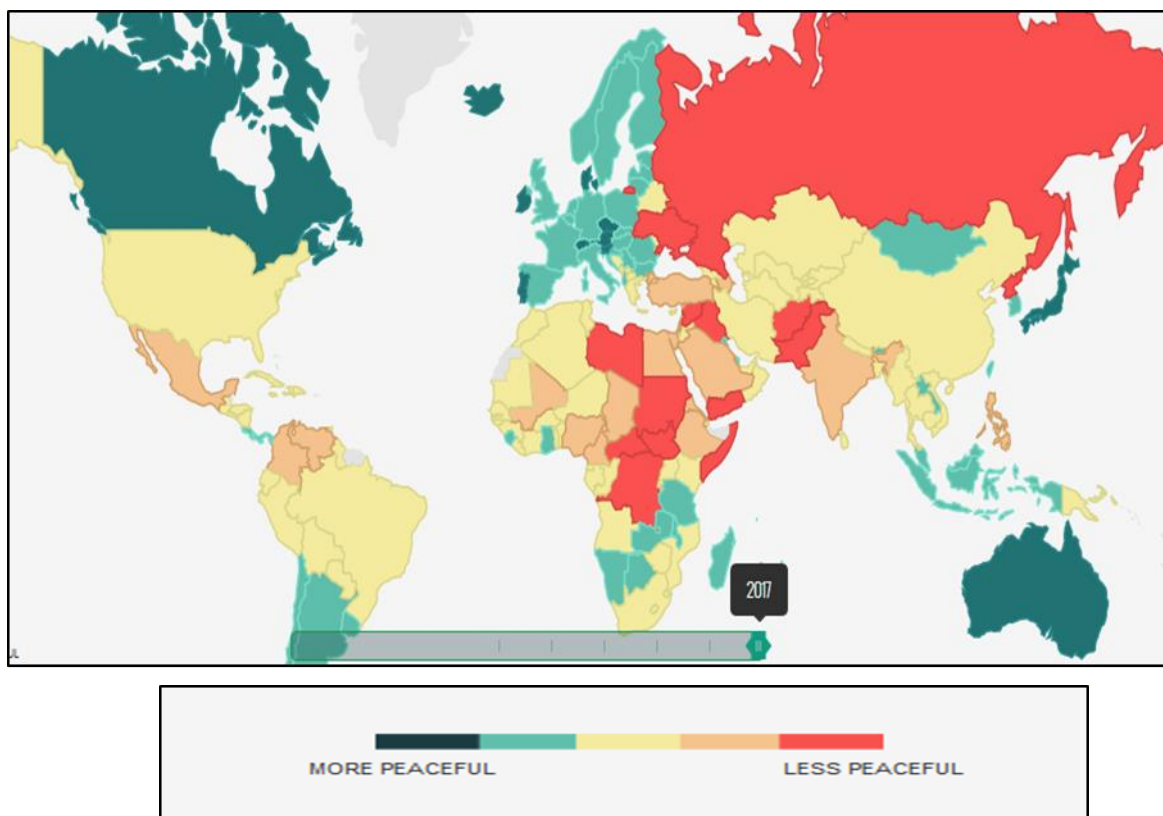
Quadro 7 – Segurança mundial, conflitos internos e segurança pública

Estados-Membros da CPLP	Segurança mundial		Conflitos internos	Segurança pública
	Índice	Posição	Índice	Índice
Angola	2,116	100/163	1,504	2,831
Brasil	2,199	108/163	1,055	3,118
Cabo Verde	-	-	-	-
Guiné Bissau	2,309	122/163	1,619	2,957
Guiné Equatorial	1,930	61/163	1,403	2,424
Moçambique	2,013	78/163	1,634	2,484
Portugal	1,258	3/163	1,035	1,431
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-
Timor Leste	1,866	53/163	1,403	2,453
Condicionantes	- Quanto menor for o índice, melhor a situação de segurança mundial/posicionamento, conflitos internos e segurança pública. - Total de 163 países analisados.			

Fonte: Adaptado de (IEP, 2017a, p. 10-11 e p. 128-131).



Figura 5 – Segurança mundial.



Fonte: Adaptado de (IEP, 2017a, p. 10 e 11).

Quadro 8 – Gastos económicos com a violência

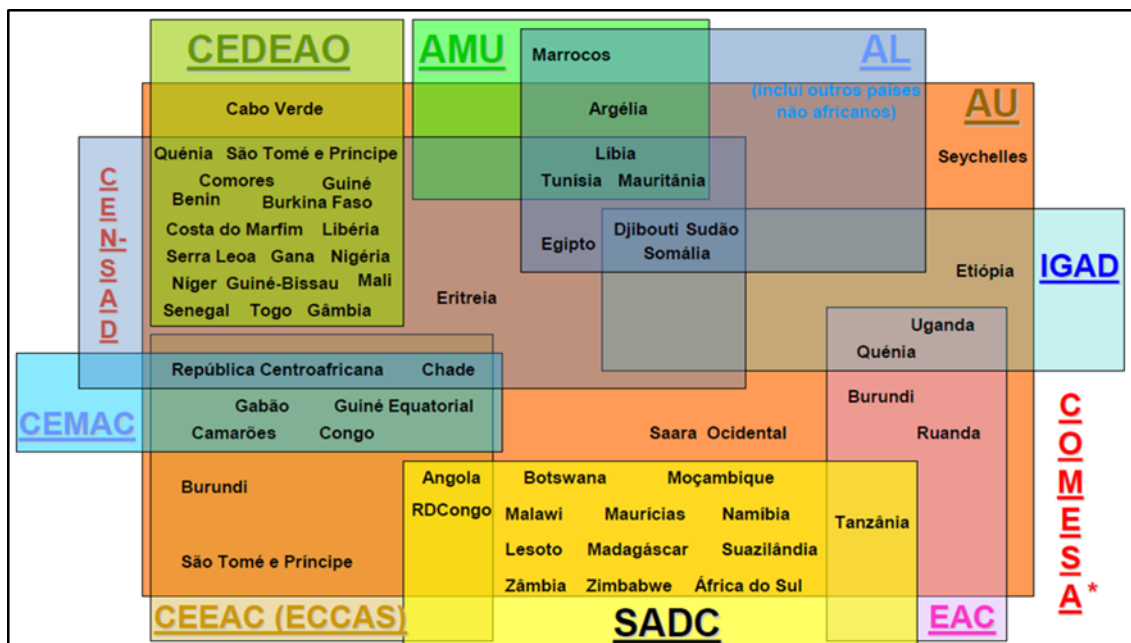
Estados-Membros da CPLP	Gastos económicos com violência			
	Custo Mi US\$	US\$ Per Capita	Percentual do PIB	Posição
Angola	15.736	575	9,9	60/163
Brasil	402.208	1.952	12,9	37/163
Cabo Verde	-	-	-	-
Guiné Bissau	276	152	9,3	62/163
Guiné Equatorial	811	988	2,5	160/163
Moçambique	1,545	54	5,7	125/163
Portugal	19.100	1,833	6,0	116/163
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-
Timor Leste	181	152	3,7	148/163
Condicionantes	- Posição de acordo com o percentual do PIB, quanto maior o índice, mais gastos com a violência e menor a posição. - Total de 163 países analisados.			

Fonte: Adaptado de (IEP, 2017a, p. 10-11 e p. 128-131).



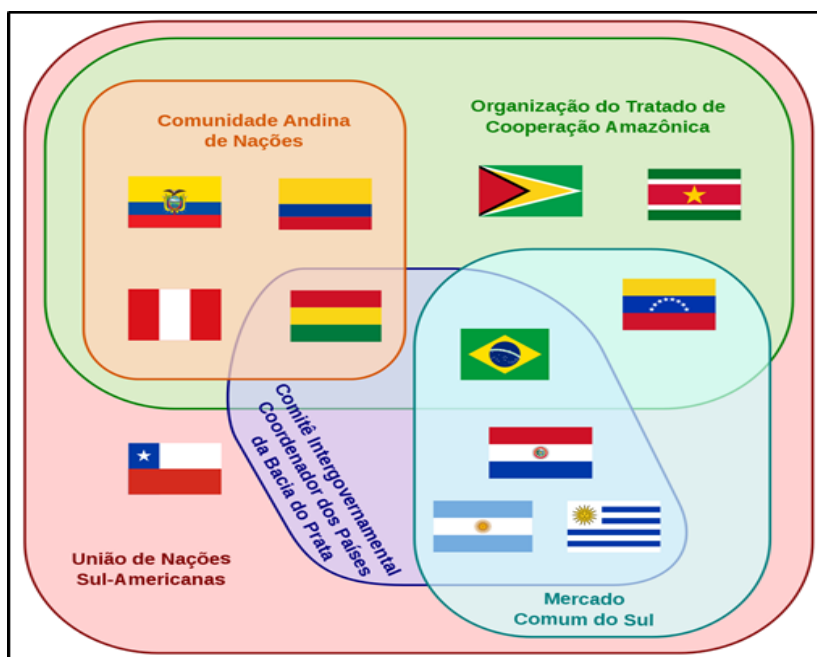
Nas relações externas, a referência são os OI e os principais parceiros dos EM.

Figura 6 – Relações externas dos Países Africanos



Fonte: Adaptado de (Garcia, 2018, p. 55).

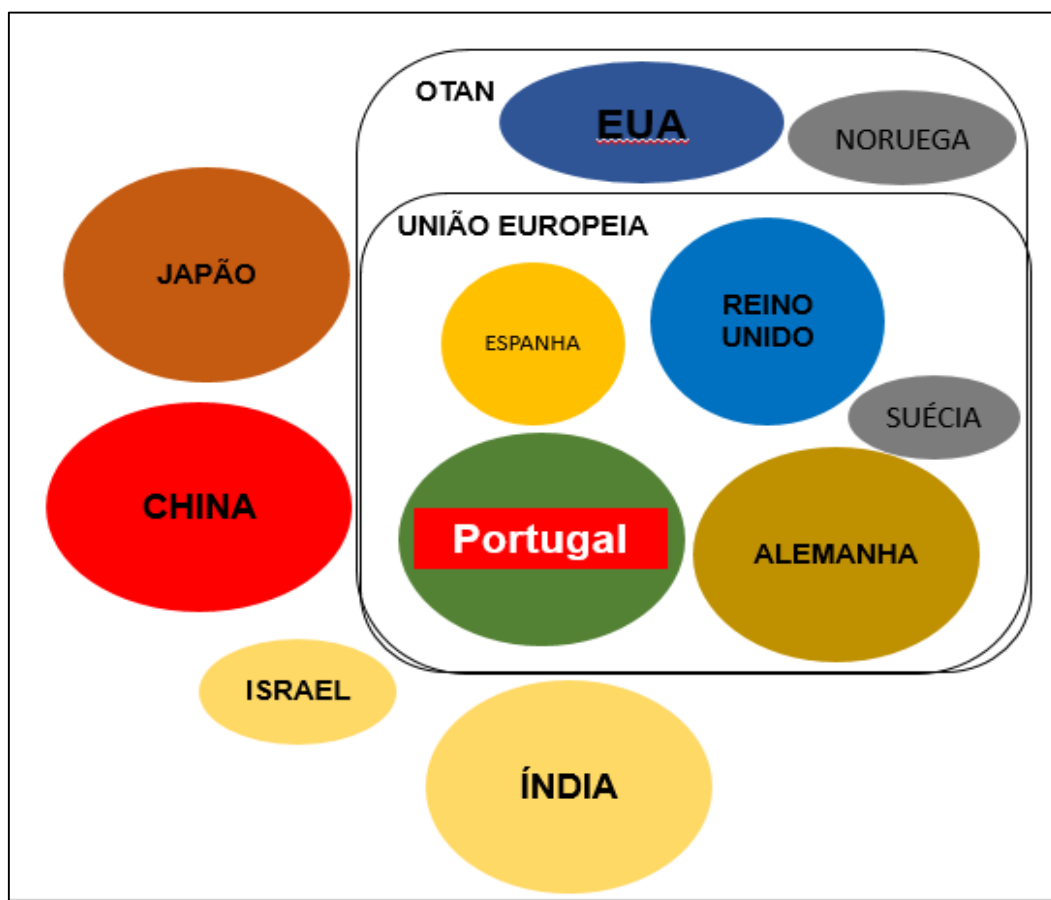
Figura 7 – Relações externas do Brasil



Fonte: Adaptado de (Googlemaps, 2018c).



Figura 8 – Relações externas de Portugal



Fonte: Adaptado de (Ribeiro, 2018, p. 39).

3.1.1. Angola

Quanto aos aspectos políticos, Angola está classificada como um regime autoritário e com índice relativamente alto de risco de instabilidade política e de corrupção, ocupando uma das últimas posições neste último – 167/180. Quanto aos económicos e sociais, possui PIB *per capita* de 6,85 mil US\$ e IDH baixo, de 0,533 (posição 150/188).

A partir deste novo milénio, o País tem buscado a consolidação da paz interna, a reconstrução e reestruturação da segurança e da defesa. Contudo, quanto a estes dois aspectos, ainda tem elevados índices de periculosidade na sociedade e gastos com a violência – 575 US\$ *per capita*, que corresponde à 9,9% do PIB.

Em relação aos conflitos, o Golfo da Guiné, importante região petrolífera e produtora global de hidrocarbonetos, com elevada importância geoestratégica e geoeconómica, é área de interesse dos países regionais e de grandes potências mundiais. Angola vive uma crescente insegurança nesta região, decorrente da deficiente definição das fronteiras



marítimas e as conseqüentes violações das mesmas para exploração ilegal e uso abusivo dos recursos (Bernardino, 2015).

O País possui, ainda, problemas de imigração ilegal com a República do Congo e República Democrática do Congo em relação ao enclave de Cabinda, sendo que com este último também há problemas de fronteiras, marítimas e terrestres. Angola também acolhe mais de 35 mil refugiados congolezes que fogem da violência existente nos seus países (ONU, 2018a).

Hoje, o País busca uma maior integração e participação em organismos regionais, como forma de exercer sua influência e garantir seus interesses nacionais. É membro da UA, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDA) e da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Quanto à segurança, integra também a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Angola apresenta baixos índices de desenvolvimento e estabilidade, possui disputas e conflitos fronteiriços regionais, recebe refugiados em seu território e integra outros OI, o que podem influenciar a postura do país em relação às CTM da CPLP.

3.1.2. Brasil

O Brasil possui índices medianos quanto aos fatores democráticos, de corrupção e de governabilidade, com problemas internos que estão sendo resolvidos, como os iniciados com o processo de *impeachment* do Presidente da República, nos anos de 2015 e 2016, seguidos pelas investigações, indiciamentos e aprisionamentos de diversos políticos, ex-dirigentes e empresários. Pode-se acrescentar a grande fragmentação partidária e as incertezas sobre as eleições presidenciais para 2018 (Teixeira, 2017).

Possui PIB *per capita* médio de 16,2 mil US\$ e IDH elevado – 0,754 (posição 79/188).

Na segurança pública, o País possui o pior índice dos EM da CPLP – 3,118, com aumento da violência e criminalidade em diversas cidades (IPEA, 2017), algumas com intervenção federal e emprego das FFAA, como no Rio de Janeiro, no ano de 2018.

No campo externo, o País não enfrenta conflitos, contudo tem problemas de entrada ilegal de refugiados oriundos da crise política da Venezuela e pela possibilidade de incremento gradual da violência decorrente do crime organizado na Colômbia, particularmente as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas, que possuem enlacs com outras organizações criminosas em países vizinhos (Vaz, 2017, p. 8).



É membro, dentre outros, do Mercosul, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, da União das Nações Sul-Americanas, da Organização dos Estados Americanos e da ZOPACAS.

Brasil apresenta índices médios de desenvolvimento e estabilidade, o PIB possibilita investimentos nas cooperações internacionais, que podem ser prejudicadas pelo alto índice negativo de segurança pública.

3.1.3. Cabo Verde

Cabo Verde possui o nível de governabilidade com elevado risco de instabilidade política; um sistema multipartidário e parlamentar, com regime democrático falhado. Quanto à percepção da corrupção, encontra-se numa posição melhor que a média (48/180), principalmente em relação a maioria dos países africanos.

O IDH é médio com a pontuação de 0,424 (posição 121/188) e PIB *per capita* de 7,32 mil US\$.

Quanto à segurança e defesa, Cabo Verde não possui registros e análises do *IEP*. Contudo, o *UNODC* concluiu que o índice de criminalidade é baixo, com uma maior incidência nas áreas urbanas sobre as rurais (*UNODC*, 2007, p. 17). Em junho de 2017, o representante da *UNODC*, quando em visita oficial à Cabo Verde, recomendou manter os investimentos em segurança nacional, visto que o país possui problemas em relação ao crime organizado, como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, e ao terrorismo.

É integrante da UA, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEEAO) e ZOPACAS.

Cabo Verde apresenta índices médios de desenvolvimento e segurança, porém possui alguns riscos de instabilidade, o que condiciona sua participação em OI.

3.1.4. Guiné-Bissau

Guiné-Bissau possui um dos piores índices mundiais: a ingovernabilidade é considerada alta, a percepção da corrupção ocupa uma das últimas posições – 171/180, o regime democrático é classificado como autoritário, o IDH – 0,424 (posição de 178/188) e PIB *per capita* – 1,95 mil US\$ são baixos.

O País tem esse desempenho ruim, devido ao seu histórico de instabilidade política desde a sua independência, na década de 1970, até à atualidade. Foi palco de sucessivos



períodos de guerras civis e golpes de estados – este último ocorrido em 2012, intercalados com tentativas de pacificação e democratização.

A ONU mantém o *United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau (UNIOGBIS)*, um escritório de missão integrada entre as Nações Unidas e dirigentes locais para a consolidação da paz, que atua nas vertentes de estabilidade política, crescimento económico e desenvolvimento humano e social (ONU, 2018b).

Os índices de segurança pública, conflitos internos e segurança mundial também são os piores do mundo, sendo que nesta última é de 2,309 (posição 122/173), o pior desempenho dentre os EM da CPLP.

Quanto às ligações externas, é membro da UA, CEEAO, Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD) e ZOPACAS.

A Guiné-Bissau tem instituições frágeis, instabilidades diversas e insegurança, que são aspectos negativos para o exercício de cooperações internacionais.

3.1.5. Guiné Equatorial

Quanto à fragilidade do país, possui alto risco de instabilidade política. Devido ao histórico de corrupção por parte de seus dirigentes, ocupa uma das piores posições mundiais – 171/178, facto resultante de regimes autoritários, com uma distribuição irregular de rendas e desrespeito pelos direitos humanos (Ribeiro, 2016).

Possui uma economia forte, sendo o terceiro produtor de petróleo da África subsariana (Portal Brasil Escola [PBE], 2018), com PIB *per capita* alto de 32,86 mil US\$ – maior entre os EM da CPLP e os países africanos; e IDH médio – 0,592 (posição 135/188).

A Guiné Equatorial possui uma posição abaixo da média em relação à segurança mundial – 60/163 e, em relação aos gastos económicos com segurança, tem o índice de 2,5% do seu PIB, na posição de 160/163, a última dos EM da CPLP. O tráfico de pessoas é um dos principais problemas de segurança, aliado ao trabalho forçado e à exploração sexual.

Integra a UA, a CEEAC, a CEN-SAD, a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) e a ZOPACAS. Desde janeiro de 2018, é membro do Conselho de Segurança da ONU, com direito de veto.

A Guiné Equatorial possui índices baixos de desempenho, a exceção do seu PIB. A corrupção existente nos dirigentes do país é um fator contrário ao desenvolvimento de cooperações.



3.1.6. Moçambique

O País passou por períodos de guerras civis no pós-independência, até ao estabelecimento da paz, em 1993, sob a égide das forças de manutenção de paz da ONU. Após as eleições de 2014, surgiu nova instabilidade política, com o retorno dos conflitos entre os principais partidos políticos: o atual governo e a Resistência Nacional Moçambicana (PBE, 2018b).

Assim, é classificado como um país de regime democrático híbrido, quanto a governabilidade possui alto risco de instabilidade política e de corrupção, sendo que neste ocupa uma das últimas posições – 153/180.

Moçambique possui um dos piores IDH do mundo: 0,412 (posição 181/188), o que retrata as péssimas condições de vida no País. Na economia, possui grande instabilidade recorrente das secas que prejudicam a agricultura e da queda dos preços de matéria-prima no mercado internacional (Portal Mercados e Estratégias [PME], 2018), que resultam num PIB *per capita* bastante baixo, de 1,27 mil US\$, o pior dos EM. Entretanto, há grandes expectativas de crescimento futuro em decorrência das reservas de gás natural existentes no país (PME, 2018).

Na segurança, apresenta valores intermediários no *Global Peace Index 2017*, posição 78/180, assim como nos índices de conflitos internos e segurança pública.

Nas ligações internacionais, é membro da UA e da CDAA.

Moçambique possui índices baixos de desenvolvimento e estabilidade, que concorrem negativamente para a realização de cooperações internacionais.

3.1.7. Portugal

Quanto a governabilidade é considerado sustentável, com um regime democrático que está por atingir a sua plenitude completa; possui PIB *per capita* alto de 31,96 mil US\$ e IDH muito elevado de 0,843 (posição 41/188); é o terceiro país mais seguro do mundo, com ausência de conflitos internos e uma segurança pública atuante. Os principais problemas estão associados ao fluxo migratório intenso do norte da África em direção ao continente europeu, com a possibilidade do aumento do número de refugiados e criminalidade (Sampaio, 2018).

Portugal é um país voltado para o exterior, decorrente da facilidade de acesso ao mar Mediterrâneo e ao oceano Atlântico, o que comprova a sua vocação marítima ao logo da história e a sua grande importância geoestratégica no contexto europeu e mundial.



Atualmente, adota uma política externa e estratégica nacional que prioriza a opção euro-atlântica (Borges, 2018).

País membro da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), participa com militares em diversas operações da ONU, UE e OTAN, principalmente na Europa, África e Oriente Médio.

Portugal possui muito bons resultados, com os melhores índices dos EM, o que favorece os investimentos nas cooperações e facilita as relações internacionais.

3.1.8. São Tomé e Príncipe

O País possui uma posição mediana quanto à percepção da corrupção (64/180) e fragilidade do País (97/170), com riscos elevados de instabilidade política. A independência foi recente, da década de 1970, quando adotou o regime socialista. Passa por períodos de transição, abertura e consolidação das instituições democráticas (PBE, 2018c).

Possui o IDH médio de 0,574 (posição 142/188) e PIB *per capita* de 3,34 mil US\$. A descoberta de reservas de petróleo tem impulsionado a economia.

Quanto à segurança e defesa, São Tomé e Príncipe não possui registros e análises do *IEP*. Segundo Neves (2017, p. 55), pode-se dizer que: “o Estado tem enfrentado vários desafios no que concerne ao dever da garantia de segurança à população. Estas vulnerabilidades são de índole diversa, desde a falta de uma lei de segurança interna, falta de recursos materiais, a falta de eficiência na afetação dos poucos recursos disponíveis e a falta de motivação dos agentes, a má distribuição geográfica das forças, serviços e segurança e a condição da exiguidade do Estado”.

Nas ligações externas, é participante da UA, CEEAO, CEEAC e ZOPACAS.

São Tomé e Príncipe possui índices abaixo da média nos fatores económicos e sociais, o que pode prejudicar a realização de cooperações.

3.1.9. Timor-Leste

A apresenta índices altos de ingovernabilidade, sendo classificado como estado de alerta e uma democracia falhada. No económico e social, possui índices medianos, PIB *per capita* 5,1 mil US\$ e IDH 0,605 (posição 133/188).

Após a independência de Portugal, Timor-Leste foi invadido e ocupado pela Indonésia até 2002, o que causou a destruição da infraestrutura do País e a maioria da população



constituída por analfabetos e que vive abaixo da linha da pobreza (PBE, 2018d), gerando precárias condições económicas e sociais.

Na segurança, também apresenta resultados medianos, com índices de conflitos internos de 1,403 e segurança pública de 2,453. O Timor-Leste possui, ainda, problemas de fronteiras marítimas com a Austrália, que causam impasse quanto a exploração de gás natural na região entre os dois países.

O RDTL (2011, p. 194) estabelece que: “Como País novo, com um legado de conflito no passado, Timor-Leste deve adoptar abordagens à Segurança, que reflectam as nossas circunstâncias e o contexto de fragilidade. Tal envolve a reconstrução do nosso Sector de Segurança”.

Timor-Leste possui índices medianos nos fatores estudados, excluindo o alto risco de instabilidade política no país, o que tende a dificultar as relações internacionais.

3.2. As ameaças globais

As ameaças globais na atualidade são diversas e as referências selecionadas foram as do estudo realizado pelo *WEF* (2018, p. 60-62):

- Geopolíticas: terrorismo, conflitos entre os países, falência de governos nacionais, regionais ou globais e colapso ou crises de países.
- Económicas: comércio ilícito, falência de estruturas críticas, choque no preço de recursos energéticos e inflação incontrolável.
- Sociais: migração involuntária em larga escala, proliferação de doenças infecciosas e profunda instabilidade social.
- Ambientais: eventos climáticos extremos, desastres naturais e desastres ambientais produzidos pelos seres humanos.
- Tecnológicas: ciberataques, consequências adversas de avanços tecnológicos e fraudes ou roubo de dados.

3.2.1. O terrorismo

O terrorismo do século XXI prioriza alvos fáceis, utiliza-se de militantes estrangeiros, isolados, que não negociam e que aproveitam a elevada capacidade de dissiminação das notícias pelos *media* de comunicação (Neves, 2018).

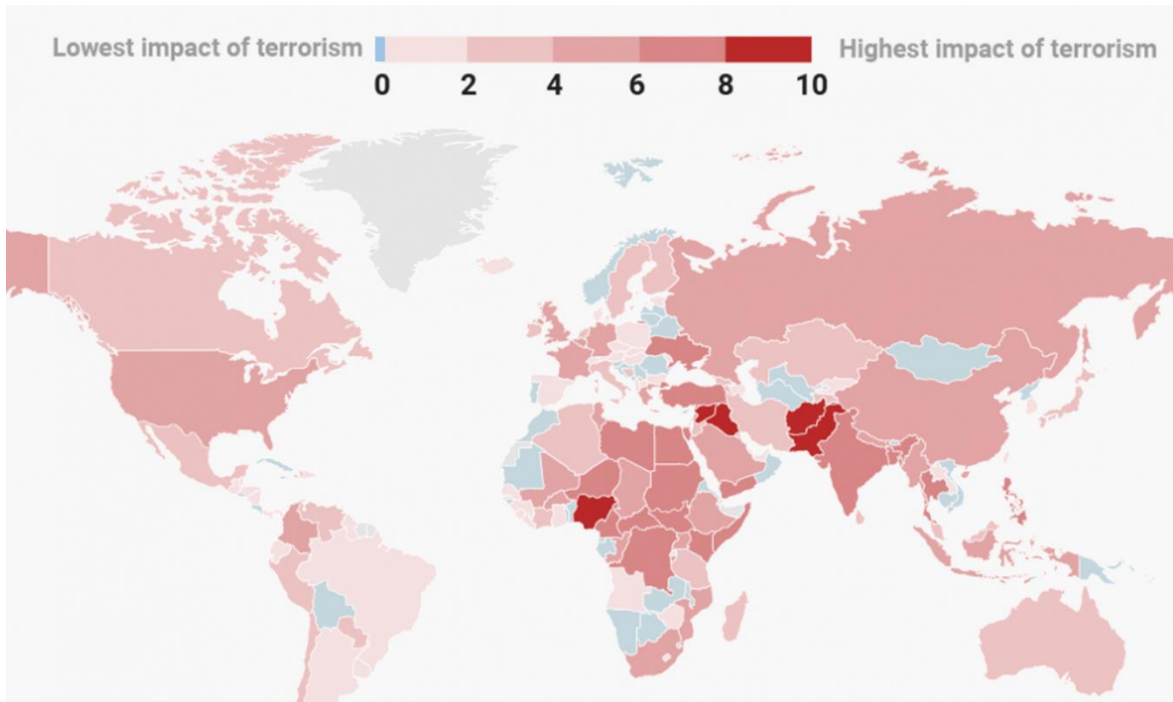
Nos últimos dois anos, os principais atentados terroristas ocorreram no Reino Unido e Espanha, em 2017; e na Alemanha, Bélgica, França e Turquia em 2016.



Em que pese a segurança em Portugal, a proximidade destes atentados com o País e o ambiente de tensão, medo e insegurança que gera, poderá repercutir na CPLP. Os EM devem encarar estes fatos como oportunidades para reforçarem as cooperações e ampliarem sua proteção.

O índice de impacto do terrorismo global pode ser verificado na Figura 2 a seguir.

Figura 9 – Terrorismo mundial



Fonte: (IEP, 2017b, p. 10 e 11).

3.2.2. Os conflitos regionais

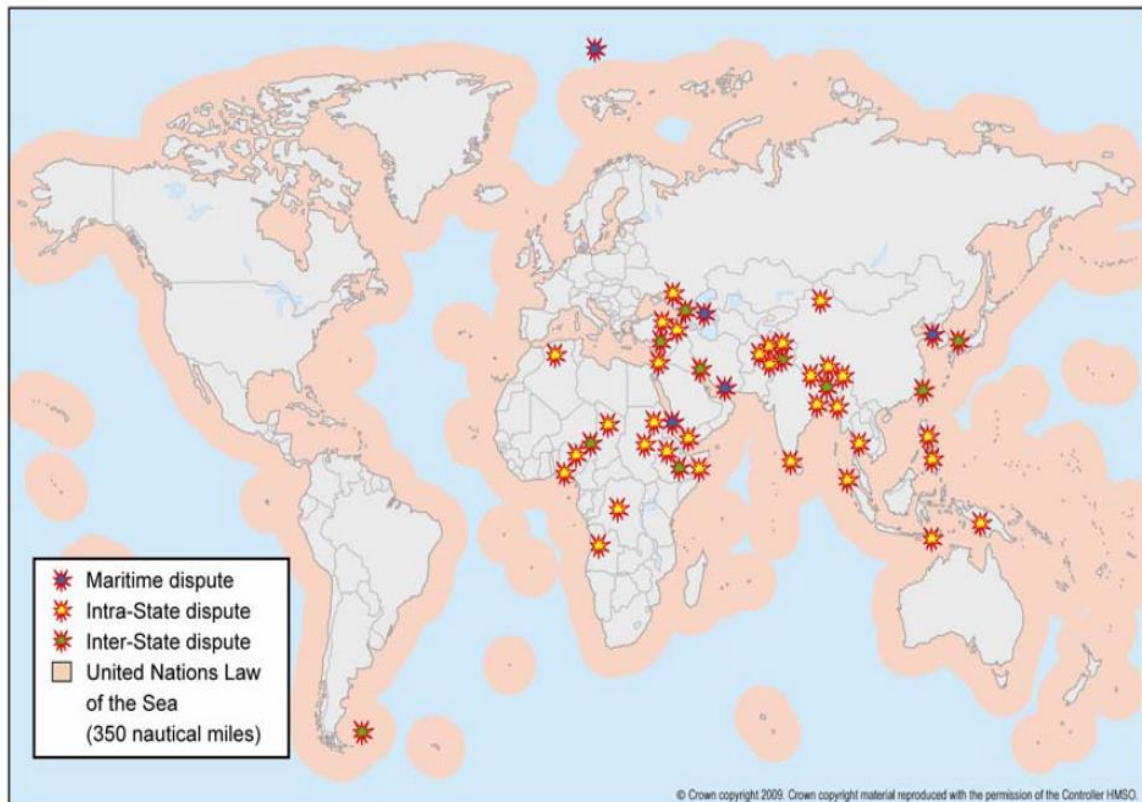
Os conflitos regionais ocorrem, principalmente, na África devido à intolerância religiosa, cultural, racial, étnica, aumento da influência do Islão radical e da proliferação de grupos terroristas (Cardoso, 2018, p. 26) e na região da Ásia-Pacífico pelo revisionismo territorial e modernização militar da China, por disputas territoriais – quer marítimas ou continentais, pelos programas nucleares e balísticos da Coreia do Norte, China, Índia e Paquistão (Cariço, 2018) e por disputas decorrentes da necessidade de segurança energética (Fernandes, 2018).

Estes conflitos afetam, com maior ou menor intensidade, sete EM localizados nestes espaços geográficos, gerando instabilidades que se refletem nas relações internacionais da CPLP.

As principais áreas mundiais com possibilidades de conflitos regionais até 2040 podem ser observados na Figura 3.



Figura 10 – Áreas para potenciais conflitos regionais até 2040



Fonte: (Ministry of Defense, 2017, p. 67).

3.2.3. O Crime Organizado Transnacional (COT)

O COT está enquadrado nos fatores geopolíticos de falência dos governos nacionais, regionais e globais, com a ocorrência, dentre outros, de tráfico de armas, munições, pessoas, drogas, combustíveis, lavagem de dinheiro, corrupção, crime ao meio ambiente e pirataria.

O mercado de tráfico ilícito de armas segue, principalmente, de países com elevada produtividade e com leis deficitárias - países do leste europeu, para regiões de conflitos ou altos índices de criminalidade - países africanos e da América Latina (Neves, 2018).

O tráfico de drogas atua de forma diversificada - por seres humanos, correios, containers, combinando todos os tipos de transportes, com o uso de altas tecnologias, grupos multinacionais e rotas variadas. Os principais pontos das rotas internacionais são: a América Latina – Brasil, Venezuela e Colômbia; o norte e ocidente da África – Cabo Verde, Guiné-Bissau e Senegal e a Europa – Portugal e Espanha, como entrada (Neves, 2018).

A pirataria ocorre em países da rota marítima do comércio internacional, com uma governança fraca e com problemas sociais de pobreza e desemprego – regiões do Golfo da

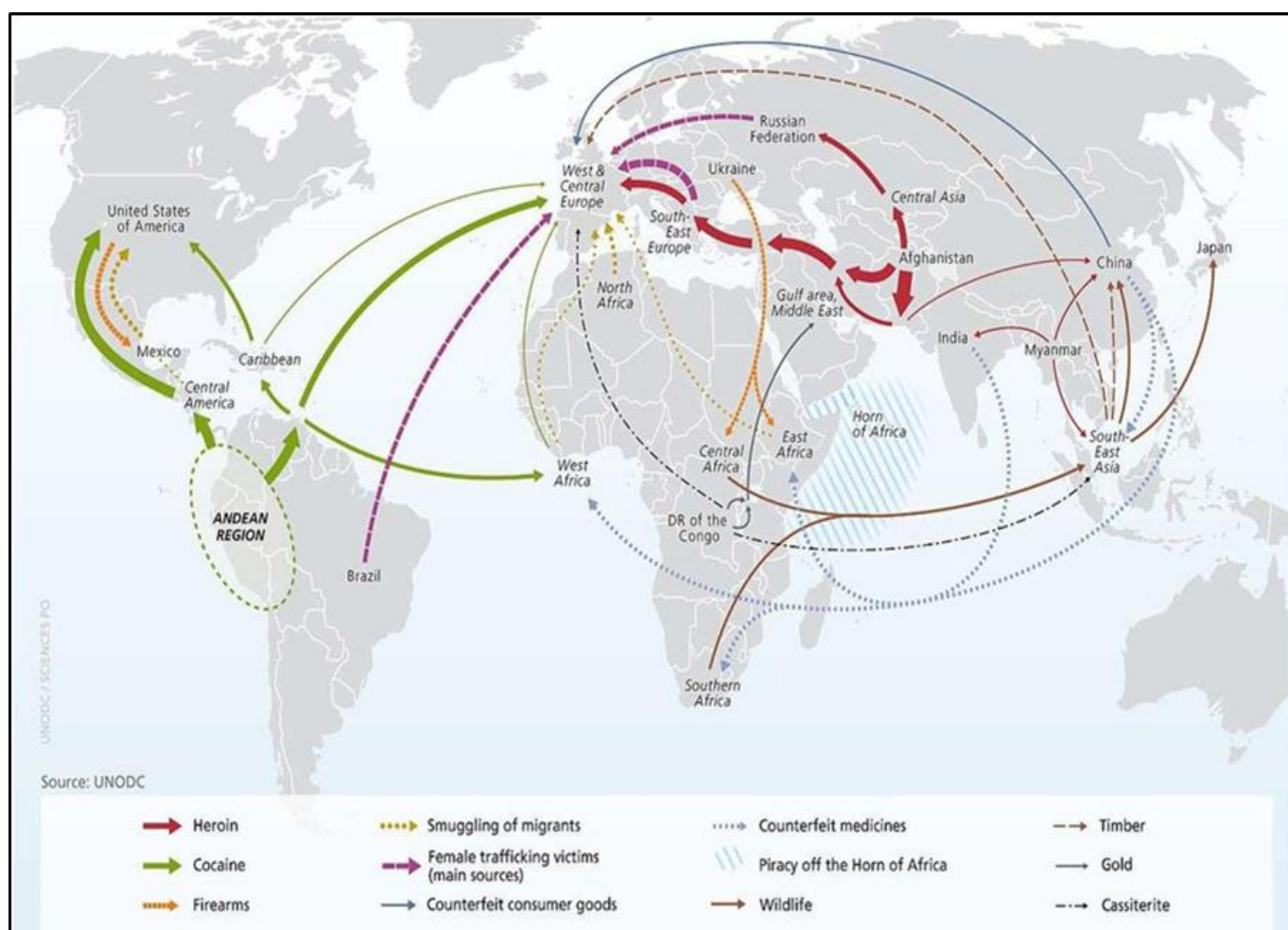


Guiné, leste da África, mar Vermelho, sudeste da Ásia, Índia, América Central e América do Sul (Palma, 2018).

Assim, as dificuldades dos EM em atuar na segurança pública, bem como em fiscalizar e controlar as extensões territoriais, marítimas, aéreas, particularmente nas áreas de fronteiras¹, favorecem a ocorrência de COT. Os gastos dos EM no combate ao COT, provocam a redução de recursos financeiros que poderiam estar sendo aplicados em outras áreas de cooperação.

A Figura 4 mostra os principais tipos e rotas de COT.

Figura 11 – Crime organizado transnacional



Fonte: (Googlemaps, 2018).

¹ Por exemplo, destaca-se o Brasil, que possui 15179 Km de fronteiras, com dez países: Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina (Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais [PPTE], 2018).



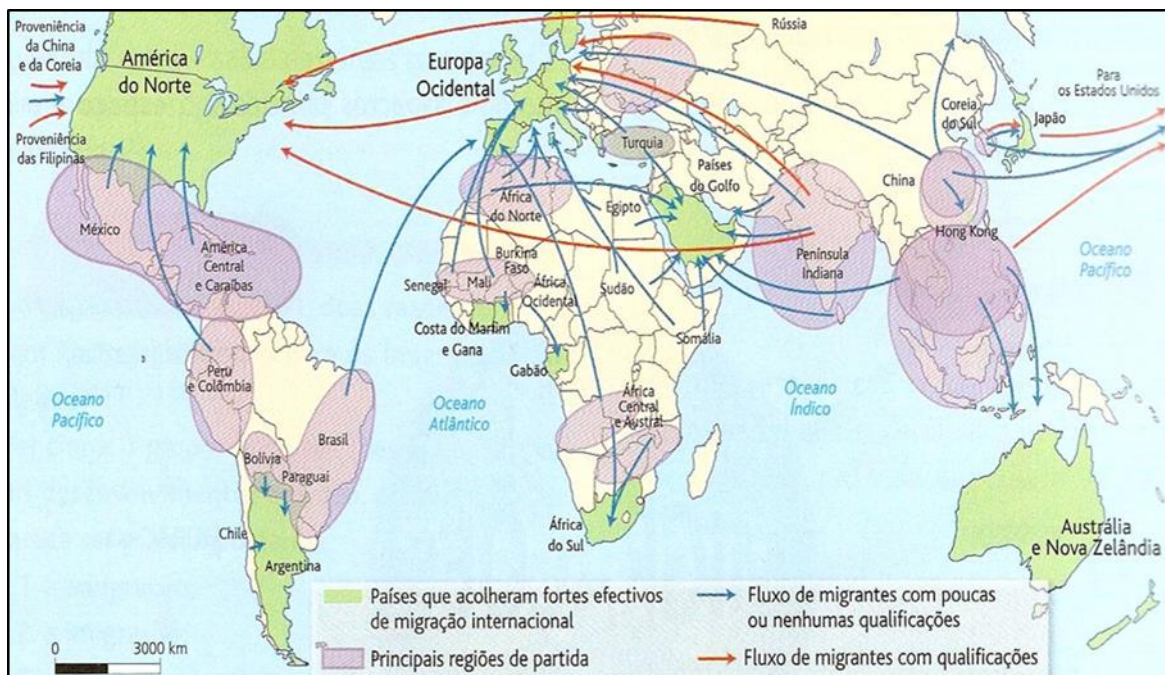
3.2.4. Os fluxos migratórios

As estimativas atuais são de que existem 244 milhões de migrantes internacionais no mundo, o equivalente a 3,3% da população mundial. Os principais motivos são os fatores de ordem económica e social, traduzidos na busca pelo trabalho e emprego nos países de destino, decorrentes das precárias condições de vida e pobreza nos países de origem. Foi estabelecido novo recorde de deslocamento global, com o número de mais de 40 milhões de deslocados internos e de mais de 22 milhões de refugiados (*United Nations Migration Agency, 2018*).

A nível da CPLP, interessa destacar os movimentos migratórios do norte da África e Médio Oriente para a Europa, da Venezuela para o Brasil e da República Democrática do Congo para a Angola, com reflexos para estes EM e, desta maneira, nas relações da CPLP.

Na Figura 5 pode-se observar os principais fluxos migratórios.

Figura 12 – Fluxos migratórios



Fonte: (Geodinâmica, 2018).

3.2.5. As alterações climáticas e os desastres naturais

As ações humanas ao longo dos tempos provocaram alterações climáticas que intensificaram a ocorrência e a magnitude dos fenómenos naturais, causando desastres de toda ordem, como incêndios florestais, subida do nível do mar, cheias e inundações, secas e desertificação de áreas (Marques, 2018).

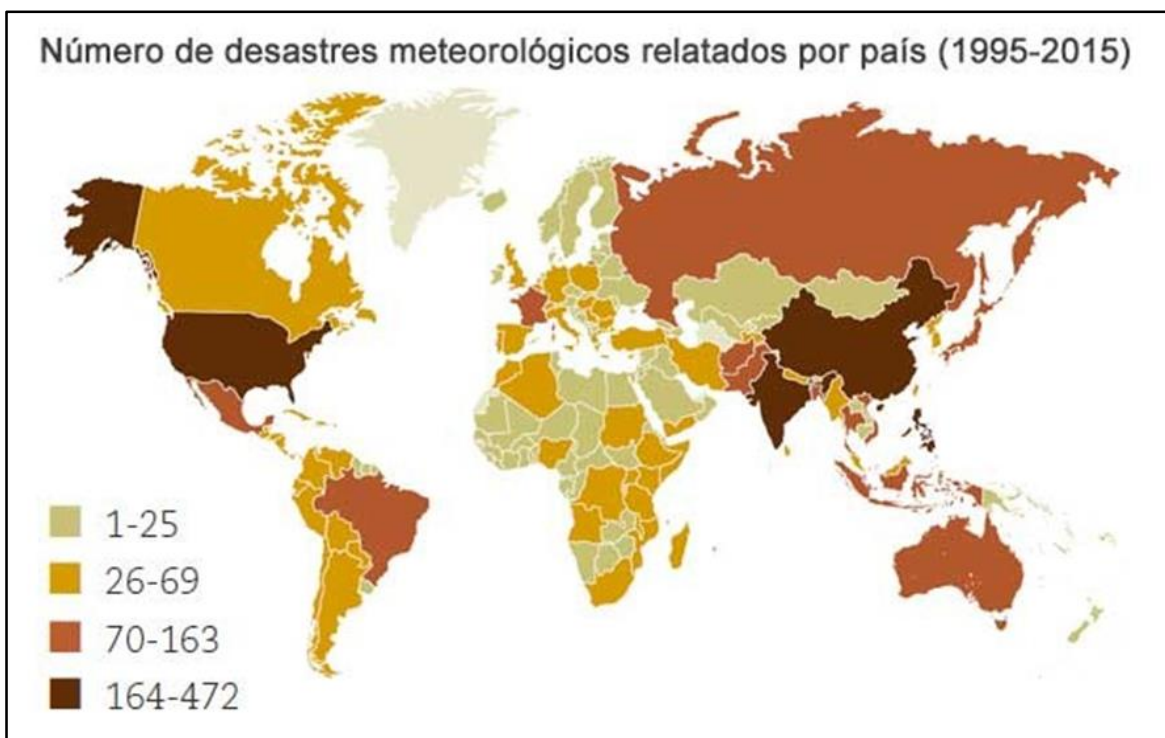


Os principais desastres naturais ocorridos nos últimos anos, no âmbito da CPLP, foram: os incêndios ocorridos em Portugal (2017); as enchentes no Brasil, de maiores proporções, em Santa Catarina (2008); em Alagoas e Pernambuco (2010); e na região serrana do Rio de Janeiro (2011); as secas em Angola (2017) e em Moçambique (2016).

Os EM são, frequentemente, afetados pelos fenómenos naturais, que causam grandes prejuízos sócio-económicos. O enfrentamento conjunto deste tipo de ameaça repercute na CPLP, possibilitando a ampliação das cooperações em diversos setores.

O número de desastres meteorológicos ocorridos no mundo, segundo o Relatório Anual de 2015 do *UNISDR* pode ser constatado na Figura 6 abaixo.

Figura 13 – Desastres meteorológicos



Fonte: (Googlemaps, 2018).

3.2.6. Os ciberataques

Atualmente, os avanços tecnológicos da cibernética e crescente digitalização da sociedade possibilitam que pessoas - agentes governamentais ou não-governamentais atuem contra computadores pertencentes a qualquer entidade – governos, sociedade civil, instituições financeiras, infraestruturas críticas e outras.

Segundo o MD do Brasil (2012c): “as ações cibernéticas no contexto do MD visam a assegurar o uso do espaço cibernético, impedindo ou dificultando seu uso contra os interesses do País e garantindo, dessa forma, a liberdade de ação”.

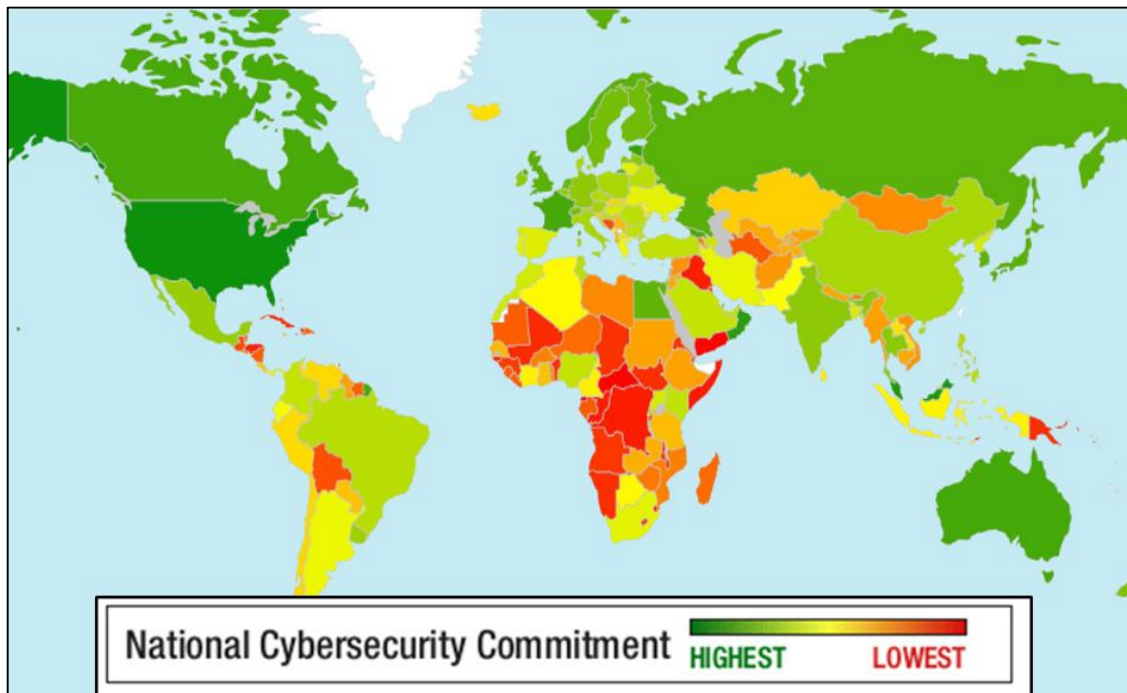


Dentre os diversos fatores para as estratégias nacionais de segurança no ciberespaço, estão a investigação e inovação tecnológica e as cooperações nacional e internacional entre os países (Marques, 2018).

Assim, essa problemática é uma grande realidade na atualidade, com repercussões para todos os países e OI, aí inseridos a CPLP.

O índice de cibersegurança mundial dos países pode ser visto na Figura 7.

Figura 14 – Cibersegurança



Fonte: (ITU, 2017, p. 13).

3.3. Síntese conclusiva

Portugal e Brasil apresentam os melhores índices nos fatores elencados para a análise das ameaças internas, o que favorece a realização de cooperações, como a estabilidade política, o potencial económico para investimentos, as experiências e conhecimentos adquiridos na segurança e defesa. Em que pese alguns problemas de segurança pública que podem absorver esforços, particularmente no Brasil, são os países que mais tem a oferecer no seio da CPLP.

Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste apresentam resultados medianos, intercalados com alguns índices melhores que a média mundial, contudo não possuem condições de oferecer algo vantajoso para a CPLP, principalmente no relacionado aos recursos financeiros para o desenvolvimento de CTM.



Em Angola, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e Moçambique foram constatados os piores índices dos EM da CPLP. São classificados como regimes autoritários, com alto índice de instabilidade política, corrupção institucional, precárias condições económicas e sociais e déficits de securidade. Estes aspectos repercutem diretamente nas relações entre os EM da CPLP, na medida que estes, com diversos problemas internos, nada têm a oferecer para o avanço das CTM, principalmente no que tange a recursos para investimentos.

Os EM da CPLP também integram OI regionais, fato que pode desviar a atenção para outros interesses, mas também, em contra-partida, podem aumentar a rede de relacionamentos e de divulgação das potencialidades da Comunidade.

Todos os EM estão sujeitos a serem afetados, com maior ou menor intensidade, por ameaças globais comuns, como os desastres ambientais, os ciberataques e os COT. Outras ameaças são mais suscetíveis a determinados EM, como os conflitos regionais nos países africanos e Timor-Leste; o fluxo migratório e refugiados em Portugal, Brasil e Angola; e o terrorismo em Portugal, devido à proximidade com países-alvos de atentados.

Assim, as ameaças, internas e globais, são geradoras de instabilidades nos EM, quer no campo político com ingovernabilidades, no económico com a falta de recursos financeiros para investimentos, no social com a precariedade das condições de vida da população e na defesa, com o aumento da insegurança.

No âmbito da CPLP e de acordo com as especificidades de cada setor, os EM podem reduzir estas instabilidades causadas pelas citadas ameaças, por meio do fortalecimento e alargamento das cooperações.



4. Os desafios para a CPLP e os subsídios para a CTM

Neste capítulo serão apresentados os desafios existentes na atualidade, quer para a CPLP, num contexto geral, quer para o Domínio da Defesa, especificando, a partir dos desafios elencados para este último, os subsídios para a CTM.

4.1. Os desafios para a CPLP

Os desafios para a CPLP foram analisados tendo em consideração a atual conjuntura mundial, marcada pela globalização – que aproximou os países e as pessoas, mas ao mesmo tempo aumentou as desigualdades entre eles, por recorrentes crises políticas, económicas e sociais e, conseqüentemente, por instabilidades nas relações internacionais. Muitos desafios são transversais a essas áreas.

Alguns aspectos são peculiares ao EM da CPLP, como a dispersão geográfica entre eles – distribuídos em quatro continentes e ligados por três oceanos, a variedade cultural, a existência de uma língua comum, mas não exclusiva – o português e a inserção em outros OI mundiais e regionais, com interdependências entre eles e que condicionam a integração e cooperação na CPLP.

Como foi visto anteriormente, no Capítulo 3, os EM da CPLP também integram outros OI. Estão sujeitos aos objetivos, normas e condicionantes dos mais diversos tipos de relações e cooperações. Assim, esta múltipla participação cria dependência dos EM da CPLP a estes OI. Neste contexto, é que se insere o primeiro desafio: integrar a CPLP com os outros OI, regionais ou mundiais, dos quais os EM são participativos.

Por um lado, uma tarefa bastante difícil, como pode ser percebido em Adriano Moreira (cit. por Bondoso, 2013, p. 126): “É um desafio elaborar políticas coerentes sem experiências passadas, em vista de um futuro sujeito a condicionantes de terceiros, futuros abertos a uma complexidade que torna frágeis todas as prospectivas”.

Por outro ponto de vista, contrário, esta participação em outros OI pode potencializar as capacidades dos EM, como descreve Azevedo (2016, p. 29) quando afirma que: “A CPLP tem vocação natural para ser parceira com outras organizações com ações e iniciativas conjuntas, em benefício e de interesse comum nomeadamente nos contextos regionais de inserção (...) com a Comissão do Golfo da Guiné, com a ZOPACAS, bem como outras organizações regionais no entorno do Atlântico (Norte e Sul) devem ser vistas como um exercício salutar de construtivismo e a favor do desenvolvimento sustentável e da afirmação de cada país e da Comunidade”.



Relacionado com este desafio, segue-se outro: tornar a CPLP uma OI com projeção global. A medida que representantes dos EM ocupam posições relevantes no cenário internacional, concorrem para a realização deste desafio, como, por exemplo, Portugal ter ocupado o cargo de Secretário-Geral das ONU e o Brasil tentar uma vaga no Conselho de Segurança.

Desta forma, é importante que Brasil e Portugal assumam o protagonismo da Organização para que a CPLP tenha maior relevância. Os dois destacam-se no ambiente regional, o primeiro possui uma liderança na América do Sul e o segundo é membro de OI com elevada importância mundial, como a UE e a OTAN. Valendo-se destes aspectos, dentre outros, tem que haver vontade política e entendimento da sociedade, conforme comenta Mourão (2018, p. 5): “O Brasil tem vontade política de exercer seu papel no contexto da CPLP (...) capaz de impulsionar sua inserção no cenário internacional (...) a dificuldade está em despertar junto aos cidadãos brasileiros a compreensão da relevância da CPLP”.

Outro ponto importante para a projeção internacional é a Lusofonia. O português é a quarta língua mais falada no mundo, com 260 milhões de pessoas (Paula, 2017). Para Ana Paula Laborinho (2010, cit. por Bondoso, 2013, p.122), durante a posse como presidente do Instituto Camões: “Devemos entender a língua como capital estratégico e recurso (...) na afirmação do português como língua internacional”.

4.2. Os desafios para o Domínio da Defesa e os subsídios para a CTM

A seguir serão apresentados e analisados os desafios para o Domínio da Defesa, destacando os subsídios para a CTM, coerentes com cada desafio proposto.

4.2.1. Maior inserção do Domínio da Defesa na CPLP

Desde as primeiras negociações até os documentos mais recentes, como a Nova Visão Estratégica da CPLP 2016-2026, os assuntos relativos à Defesa não têm a devida relevância no âmbito da CPLP, concluindo-se que os mesmos ocupam uma posição secundária na Comunidade.

Atualmente, para se contrapor às ameaças existentes e vencer os desafios futuros, as ações a serem adotadas pelos países não são específicas de um único setor, e sim multisetoriais e transversais a todos, quer política, económica, civil e militarmente.

Esta transversalidade é bem evidenciada por Azevedo (2016, p. 24), quando afirma que: “O desenvolvimento e a segurança são parte da mesma equação. Uma não pode existir



sem a outra, pois a segurança induz o desenvolvimento e não existe desenvolvimento sustentado sem segurança”.

É necessário uma maior participação de outros domínios da CPLP nas atividades da Defesa, e vice-versa, como forma de compreensão das peculiaridades deste domínio e desenvolver a confiança mútua. Possibilitar a participação em exercícios, seminários, simpósios, fóruns de discussões sobre os diversos assuntos de segurança e defesa; promover visitas dos integrantes de outros setores, em Unidades Militares dos EM e criar projetos e programas conjuntos, principalmente no campo educacional e de saúde. Isto significa potencializar as simetrias entre a Defesa e as demais componentes da CPLP.

Mourão (2018, p. 4) reforça este tipo de contribuição: “Exercícios Felino estão dimensionadas dentro do Domínio da Defesa, mas sem grande interação com os demais domínios da CPLP. Incrementar com a participação de outros vetores, como o Ministério das Relações Exteriores”.

4.2.2. Consolidação da CTM existentes no Domínio da Defesa

Tendo em vista a conjuntura mundial e a quantidade de ameaças, internas e externas aos EM, que estes estão sujeitos e que causam instabilidades variadas, é necessário consolidar as CTM já existentes.

As ações prioritárias devem ser no sentido de garantir o que já foi feito e desenvolvido nos últimos anos. Continuar aperfeiçoando, dentro das possibilidades, as atividades nas áreas existentes: de segurança – CM, de treinos – exercícios Felinos², de educação – CD e saúde³ – FSM. Continuar com as reuniões dos MD, CEMGFA, DGPDN e CAE, bem como com os lançamentos periódicos de documentos que atualizam as informações, necessidades e prospectivas da Defesa, como o que foi realizado através da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa.

Concretizar algumas iniciativas anunciadas, como a realização dos jogos desportivos militares e a reunião dos DSIM, previsto no PCDD da CPLP, valendo-se da experiência das FFAA brasileiras para a primeira, que participaram efetivamente na preparação e condução de grandes eventos, como os V Jogos Mundiais Militares em 2011, a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

² Segundo a pesquisa de campo esta é a atividade de cooperação mais destacada positivamente, como um exemplo de sucesso.

³ O ensino e a saúde militar possibilitam intercâmbios cívicos-militares, inclusive com a transversalidade para outros domínios da CPLP.



Assim, este desafio é reforçado conforme expressa Seabra (2018, p. 7) quando sustenta que “Não tem cabimento dar início a outras iniciativas neste momento, sem se consolidar as que já existem. O atual contexto não é propício a novos anúncios ou propostas que depois não irão conhecer o necessário seguimento, investimento e acompanhamento de alto-nível”.

4.2.3. Multilateralização da CTM existente

Essa multilateralização é bastante desafiadora, como fica evidente nas palavras de Azevedo (2016, p. 23): “O verdadeiro dilema é saber como se faz? Como tornar a cooperação bilateral do passado, na cooperação multilateral do presente e refletir sobre a necessidade de ter na Comunidade uma cooperação estratégica para o futuro”.

Esse desafio é priorizar a cooperação multilateral em detrimento da bilateral. Como exemplo e coerente com o que foi visto anteriormente, pode-se citar o sucesso da CTM bilateral realizada por Portugal com alguns países de língua portuguesa. Nesta direção, não há muitas razões para trocar algo que fornece bons resultados pelas incertezas futuras.

A cooperação bilateral é naturalmente preferida pelos EM, visto que a Defesa é um setor estratégico e de soberania nacional. Em relação à esta, trata-se de assuntos sensíveis, cujo conhecimento por outros países pode comprometer o sistema defensivo e, conseqüentemente, a soberania. Em relação aos aspectos estratégicos, os países que fornecem equipamentos e serviços em defesa são grandes potências regionais ou mundiais que preferem salvaguardar seus interesses em determinada região (Escorrega, 2017, p. 5). Assim, nada mais compreensível que os EM limitem a procura por parcerias, priorizando as de nível bilateral.

Contudo, a multilateralização não deve ser encarada como o término da bilateral. Esta deve ser vista como um trampolim para aquela, para o ganho conjunto dos EM, pois fortalece a imagem da CPLP e proporciona maior segurança e dissuasão.

É preciso atentar para que não exista a sobreposição de esforços, fato mais difícil de ocorrer na cooperação multilateral. Poderia iniciar com a exportação dos modelos bem-sucedidos para os demais EM, valendo-se da experiência de Portugal como protagonista.

As principais ações para o começo da multilateralização poderiam ocorrer com a prestação de serviços e assessorias técnicas nas áreas de segurança e defesa, apoio ao funcionamento de organizações militares e estabelecimentos das FFAA, principalmente nos países africanos e Timor-Leste, e na educação e saúde com a formação e qualificação de militares.



A multilateralização também é defendida no pensamento de Santos (2018, p. 4): “Os EM da CPLP apresentam níveis distintos de desenvolvimento nos vários domínios, inclusive o da segurança e defesa, daí, também, o interesse desta multilateralização da cooperação (...)”.

4.2.4. Emprego das FFAA dos EM em situações diversas

A Declaração Constitutiva discorre sobre a necessidade de esforços conjuntos para ações de ajuda humanitárias, contudo não contempla a atuação da CPLP como um OI de segurança e defesa capaz de ser empregada em determinados cenários, como a OTAN.

Em relação às operações de manutenção de paz e ajuda humanitária sob a égide das nações unidas, infere-se a criação de uma força conjunta e combinada da CPLP, composta por militares dos EM, visto que a aprendizagem obtida ao longo dos anos de realização dos exercícios Felinos já atingiu um elevado nível de maturação.

Segundo Ribeiro (2018, p. 5): “(...) a realização dos exercícios da série Felino, os quais têm sido muito bem sucedidos, propiciando o aprimoramento da capacidade de que dispomos para participar de operações de manutenção da paz promovidas pelas nações unidas, além de consolidar os laços de camaradagem e de confiança que há muito já sentimos em nossas FFAA”.

Em relação aos desastres naturais, decorrentes das alterações climáticas e das ações humanas, sugere-se o emprego conjunto e combinado de militares nas situações de emergências e respostas às calamidades. A existência de contingentes das FFAA dos EM preparados para a prestação de serviços de socorro às vítimas bem como para a coordenação de esforços colaborativos entre os diversos órgãos e indivíduos participantes.

Há que se pensar também nos meios disponíveis para atuar neste tipo de operação e na possibilidade de estabelecimento de uma sede própria para os trabalhos e coordenação (Magagula, 2018, p. 4).

Em relação às ameaças securitárias, desenvolver mecanismos para buscar uma interoperabilidade combinada entre as FFAA dos EM, atuando de forma preventiva ou em um estado de prontidão com capacidade real de resposta.

Poderiam, em uma fase inicial, prever a atuação de equipas de observadores, sistema de alerta antecipado e iniciativas de mediação (Escorrega, 2017, p. 6).



Por fim, cabe salientar a segurança no AS, que possui uma inquestionável importância geoestratégica em relação à disponibilidade de recursos energéticos e às ameaças securitárias - particularmente o crime organizado transnacional, sobretudo, na região do Golfo da Guiné.

Embora existam boas iniciativas nesta área – a CM e a Estratégia para os oceanos, é notório a criação de uma plataforma de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar e segurança marítima, com a troca de informações estratégicas para buscar sinergias, formular objetivos e realizar ações para o reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva (Azevedo, 2016, p. 29).

Outros vetores para fazer face à manutenção da segurança no AS são: a constituição de uma força naval combinada, a criação de destacamentos de aeronaves de patrulhamento marítimo na região, as ações de defesa portuária, a evolução do cenário dos exercícios Felino, a projeção da Saúde Militar e o estabelecimento de destacamento de busca e salvamento (Freitas, 2016, p. 23-25).

4.2.5. Adequação da estrutura do Domínio da Defesa

Outro grande desafio para a CPLP, na opinião de Marcolino Moco (2011, cit por Bondoso, 2013, p.128) é: “tornar mais autónomo a Secretariado Executivo, muitas vezes espartilhado pelas máquinas burocráticas dos EM, para além de se investir na consolidação da democracia e do desenvolvimento sustentável em Timor-Leste e nos EM da África”. A CPLP foi criada em 1996 e algumas de suas estruturas já estão ultrapassadas, que precisam, desta feita, sofrerem mudanças e adaptações à nova ordem internacional.

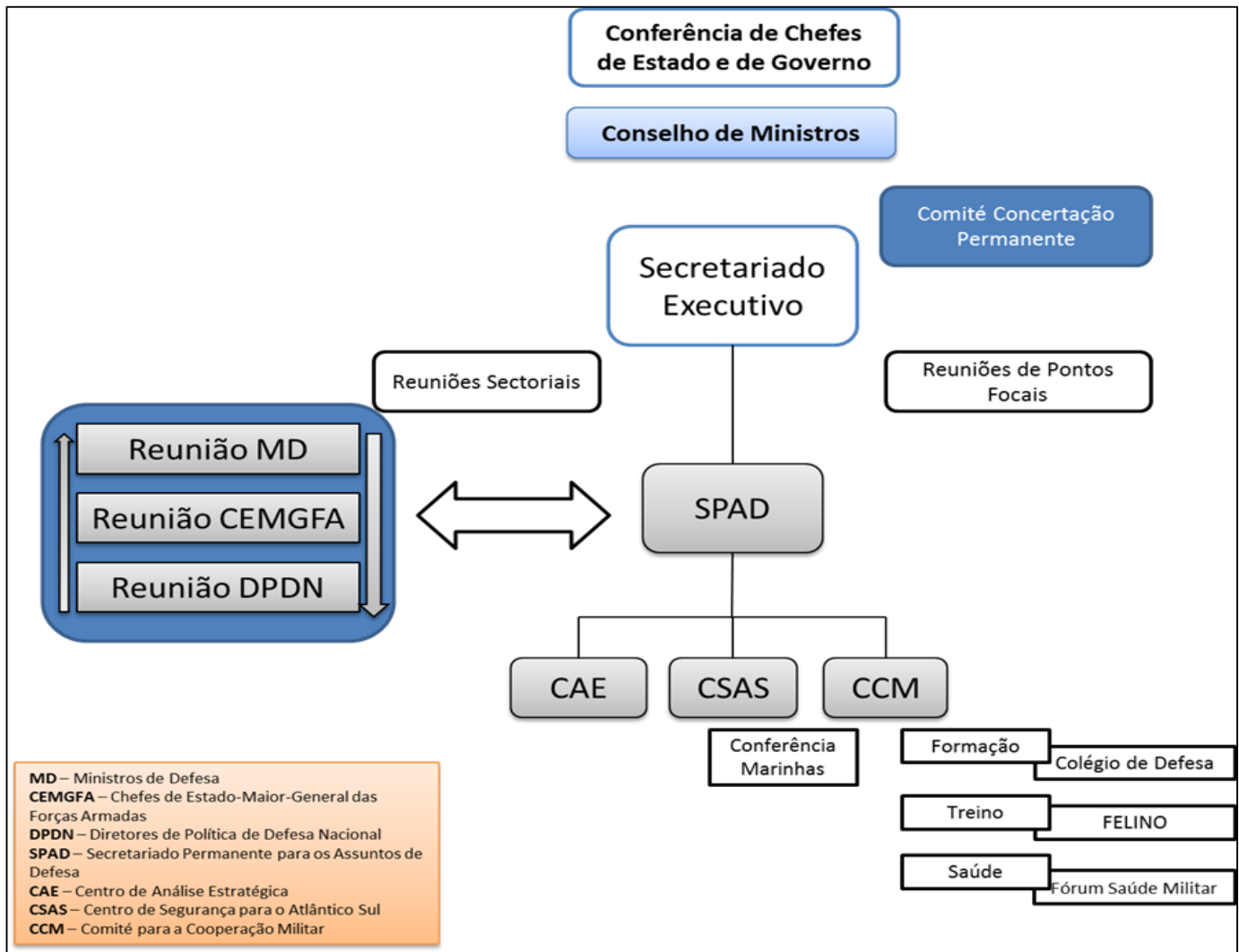
Coerente com as melhorias que devem ocorrer no Secretariado Executivo, o Domínio Defesa também necessitaria passar por reformulações. Essas melhorias estruturais iriam garantir uma melhor coordenação e integração que deve existir entre o Secretariado, o Domínio Defesa e outros setores envolvidos, visto que as cooperações na atualidade são multilaterais – diversos países envolvidos, multisetoriais – diversos domínios da CPLP, multidimensionais – diversos tamanhos e proporções e, também, transversais a todos eles. Procura-se uma comunicação mais eficaz e eficiente entre todos os elementos envolvidos.

Essa adequação esta reforçada nas palavras de Escorrega (2016, p. 10): “Sobre a reformulação do SPAD (...) em virtude do alargamento da comunidade, do aumento das atividades de cooperação (...) e outras considerações de natureza financeira e diplomática, será talvez de ponderar, no futuro, a melhor forma de funcionamento deste órgão”.



Conforme a figura 15, pode-se verificar uma proposta de estrutura para o Domínio da Defesa.

Figura 15 – Nova estrutura para o Domínio da Defesa



Fonte: (Amador, 2018, p. 10).

Segundo Amador (2018, p. 10): “O SPAD assumiria maiores responsabilidades de coordenação e supervisão de atividades, encontrando-se estas organizadas em três áreas agregadoras de consenso: a investigação e reflexão estratégica consubstanciada no CAE; a relevância do AS, materializada na criação de um centro de segurança para o AS, que agregue as atividades desenvolvidas no âmbito das CM da CPLP; a cooperação militar, que contemple as áreas da formação, do treino e da Saúde Militar que têm sido desenvolvidas”.

Nesta nova organização, o CAE estaria subordinado ao SPAD, para fins de desenvolvimento de investigação e pesquisas estratégicas.

Devido à importância do oceano Atlântico para a CPLP, sete dos nove EM possuem acesso direto a esse oceano, seria criado um Centro de Segurança para tornar mais efetiva as



reuniões deliberadas pela CM, particularmente em relação ao AS. Outra reestruturação seria o estabelecimento de um Comité para a Cooperação Militar, que controlasse as atividades em três vertentes, que já existem tipos de cooperação: formação, treino e saúde. Assim, será procurado dar maior praticidade e efetividade às ações definidas pelo FSM, CD e os Exercícios Militares.

A nova estrutura procura criar um escalão intermediário entre o órgão controlador – SPAD e os órgãos executantes – CM, FSM, CD e Exercícios Militares, de forma a tentar dar maior operacionalidade ao acordado no âmbito da defesa da CPLP.

4.2.6. Ampliação da cooperação no campo do ensino militar

A educação é uma área bastante desenvolvida a nível bilateral e está evoluindo a nível multilateral. Portugal e Brasil são os dois países da CPLP que disponibilizam cursos de formação, qualificação e atualização de conhecimentos para os demais EM, como também enviam militares para prestar assessoramentos nesta área. No ensino militar e saúde já existem boas iniciativas, cabe ampliar ainda mais na linha de pesquisa e investigação.

Contudo é uma área que possibilita melhorias constantes e a inserção dos seguintes contributos: maior enfoque em troca de experiências sobre os modelos de formação e qualificação, com a criação de um módulo comum partilhado pelas diferentes instituições de ensino militar para divulgação dos conhecimentos e a implementação de um programa integrado de intercâmbio entre as FFAA, na formação militar, com a participação do corpo discente e docente.

Esta última ideia é reforçada por Escorrega (2016, p. 11): “A criação de um Erasmus Militar entre as instituições universitárias dos países da CPLP (a semelhança do que se quer implementar no seio civil)” e Bondoso (2013, p. 117) “Na área da educação, destaca-se o desafio de criar um Erasmus bem estruturado na CPLP, que facilite a mobilidade de estudante e professores pelos países da CPLP, um dicionário comum e uma gramática cientificamente adaptada das comunidades linguísticas”.

4.2.7. Ampliação da cooperação no campo tecnológico

Oa avanços tecnológicos ocorrem com muita rapidez, a cada momento surgem inovações que repercutem nas relações humanas e entre os países. A ameaça dos ciberataques, estuda no capítulo anterior, é uma realidade atual e devem ser ampliadas cooperações.



Um contributo neste campo, é a criação de mecanismos de partilha de informações relacionadas aos avanços tecnológicos, no que tange a defesa cibernética, com a finalidade de potencializar as capacidades militares dos EM.

Reforça esta ideia o pensamento de Azevedo (2016, p. 31) ao afirmar que “Trata-se de cooperar (...) a partilha de informação estratégica relativa a ameaças e desafios que se impõem aos EM e cada vez mais não é possível enfrentar sem uma cooperação ativa e multilateral e a partilha de tecnologia, que racionalizem custos e meios e ao mesmo tempo confirmam capacidade de dissuasão e melhor segurança (...)”.

4.2.8. Ampliação da cooperação no campo da doutrina militar

Conforme já foi citado anteriormente, os exercícios Felino podem ser considerados como uma forma de cooperação bem-sucedida no âmbito da defesa da CPLP, com possibilidades de ampliação para outros setores.

Estes saberes consolidados nos treinos, devem ser exportados para outros cenários e tipos de operações que visem desenvolver e testar doutrinas militares, bem como a sua divulgação por meio de mecanismos de partilha de conhecimentos.

Esses subsídios para as cooperações podem ser reforçados nas frases de Carvalho (2018, p. 1): “(...) aproveitar a capacidade de cada EM para uniformizar e aprimorar a doutrina e procedimentos operacionais entre as FFAA dos EM da CPLP (...) cooperar com outras organizações que tenham componentes de defesa de forma a perceber o que se pode incrementar sob o ponto de vista prático nos teatros de operações”.

4.2.9. Ampliação de cooperação no campo das informações

Os EM da CPLP integram, também, organismos regionais de segurança, como o Brasil que é membro do Conselho Sul-americano de Defesa e Portugal da OTAN, e tais participações permitem o intercâmbio entre os sistemas nacionais de informações.

A semelhança do que ocorre nestes OI regionais, o contributo consiste na criação de mecanismos de partilha e troca de informações, nas questões de segurança e defesa dos EM, com a realização de intercâmbios entre os sistemas nacionais de informações e sistemas de informações das FFAA. O início deste intercâmbio pode começar com a operacionalização das reuniões entre os DSIM, prevista no PCDD da CPLP.

A embaixadora Maria da Graça Mira Gomes, Secretária-Geral do Serviço de Informações da RP, em conferência realizada no IUM, no dia 27 de fevereiro de 2018,



reafirmou a importância do aprofundamento das relações entre os EM da CPLP em diversas áreas, inclusive quanto ao sistema de informações (Gomes, 2018).

4.2.10. Criação de um fundo de financiamento previsível para as CTM

Uma das consequências das crises económicas para os países é a redução de seus orçamentos. Isso ocasiona a falta de recursos para o financiamento das cooperações nos OI e, assim, projetos deixam de ser executados. Deste fato, desprende-se o desafio de continuar promovendo a CTM no Domínio da Defesa da CPLP, em que pese a disponibilidade de reduzidos recursos financeiros.

Segundo Bernardino (2018, p. 7): “O maior problema da CPLP é a falta de recursos para fazer mais e melhor (recursos financeiros, humanos e técnicos) e talvez um pouco de falta de vontade política”. Seabra (2018, p. 8) sugere o que deve ser feito: “(...) torna-se também necessário uma maior capacidade de engenho e criatividade para fazer mais e melhor com o pouco que já se encontra em vigor”.

Conforme foi visto na Capítulo 2, a França desenvolveu o programa RECAMP, com o apoio de diversos países parceiros, entidades e OI, pertencentes ou não à UE, estabelecendo um fundo de financiamento previsível para as as operações de apoio à paz e missões de ajuda humanitária na África.

Existem, ainda, outros tipos de fundos fiduciários da UE, como os fundos para situações de emergências e para as infraestruturas na África.

A criação de um fundo de financiamento previsível para a CTM no Domínio da Defesa e no seio da CPLP, a exemplo do que ocorre com o Euro RECAMP Amami-África e outros fundos fiduciários da UE-África, seria uma maneira de diminuir a dependência de recursos financeiros dos EM bem como das crises económicas, que rotineiramente ocorrem e prejudicam a realização das CTM.

4.3. Síntese conclusiva

Na atualidade, os países e OI são afetados por diversos tipos de desafios. Os mais relevantes identificados para os EM e CPLP estão relacionados com a forma como os países devem conciliar suas participações em diferentes OI e a projeção internacional que daí advêm. A disponibilidade de recursos dos EM para financiar cooperações é um desafio transversal aos citados.



Identifica-se a necessidade de uma maior inserção da Defesa na CPLP, envolvendo a participação de outros domínios na CTM bem como uma maior troca de conhecimentos e experiências.

É preciso consolidar as CTM existentes, colocando em prática as iniciativas já anunciadas e potencializando as demais, antes de pensar em novas realizações. No que se refere à multilateralização, as cooperações bilaterais podem ser utilizadas para desenvolver as demais.

Sugere-se o emprego das FFAA dos EM, de forma conjunta e combinada, em operações de paz e ajuda humanitária, em reação aos desastres naturais e em prevenção ou estado de alerta às ameaças securitárias.

A CPLP é um organismo recente pelo que se identificam aperfeiçoamentos na sua estrutura, com vista a adequar-se às constantes evoluções mundiais.

A ampliação da cooperação nos campos da educação, saúde, tecnologia, doutrina militar e sistema de informações pode ser obtida, principalmente, pela criação de um módulo comum partilhado pelas instituições dos EM.

A criação de um fundo de financiamento previsível para as CTM na Defesa, a exemplo do que acontece em outros OI, será um desafio para minimizar os impactos das crises económicas nas cooperações, contribuindo para a continuidade de suas realizações.

Assim, os subsídios apresentados podem contribuir para projetar positivamente a CPLP no contexto internacional, fortalecer as capacidades militares das FFAA, dissuadir ameaças regionais e globais, promover o desenvolvimento sócio-económico e a estabilidade política nos EM.



Conclusões

Sumário com as grandes linhas de procedimentos metodológico seguido

O presente trabalho foi confeccionado de acordo com as Normas de Execução Permanente do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM, 2015a) e (IESM, 2015b), e também com as Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (Santos, 2015).

Foi desenvolvido baseando-se na classificação ontológica do construtivismo, na epistemológica do interpretativismo e com o desenho da pesquisa no estudo do caso.

A estratégia de investigação utilizada foi a qualitativa, com a recolha de dados buscando construir um arcabouço de conhecimento mais sólido e alargado. O raciocínio utilizado foi o dedutivo, quando do geral chegou-se ao específico. O percurso metodológico dividiu-se em fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva.

Em relação aos instrumentos metodológicos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. As duas primeiras através de uma análise detalhada das fontes disponíveis, inclusive os trabalhos de investigações já realizados e relacionados com o tema em questão.

A pesquisa de campo possibilitou o aprofundamento ainda mais do conhecimento, com entrevistas realizadas com os estudiosos e especialistas: o senhor Pedro Seabra – Investigador do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa, o Ten Cor Luís Manuel Brás Bernardino – Oficial do Exército Português e o Ten Cor Luís Falcão Escorrega – Oficial do Exército Português. Prosseguiu-se com entrevistas de pessoas que tratam do assunto no seu dia-a-dia, destacando-se o senhor Gonçalo Mourão e a senhora Alda Melo dos Santos, Embaixadores na CPLP; e com os dirigentes do CAE, dos NN e Adidos de Defesa de Portugal nos EM da CPLP. A análise do conteúdo das entrevistas também permitiu a validação de resultados obtidos durante a investigação.

Assim, realizou-se uma investigação aplicada, de forma empírica e descritiva, com o objetivo de responder às questões levantadas, seguindo todos os passos do plano elaborado.

Avaliação dos resultados obtidos

Para avaliar os resultados obtidos, apresentou-se, inicialmente, o objeto de estudo do TII: a CTM existente entre os EM da CPLP, tendo por base os objetivos presentes e os desafios futuros para a Comunidade.



Coerentemente foi definido o OG, que é: estudar a CTM existente na CPLP, destacando os subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros, no sentido de torná-la mais adequada à atual conjuntura mundial.

Deste OG estabeleceram-se três OE, que são recordados a seguir: OE1 – Analisar a atual estrutura e modo de funcionamento da CTM da CPLP; OE2 – Identificar as ameaças para a CPLP, no que tange à CTM e de acordo com a atual conjuntura mundial; e OE3 – Identificar os desafios que se colocarão à CPLP, destacando os subsídios para que os EM estabeleçam uma CTM que responda aos objetivos presentes e a adequação aos desafios futuros.

O trabalho desenvolveu-se tendo como referência os OG e OE, inserindo-se a seguinte problemática central: quais são os subsídios para a CTM com uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros, de forma a torná-la mais adequada à atual conjuntura mundial?

No primeiro capítulo, apresentaram-se os elementos essenciais da investigação com a finalidade de contextualizá-la. Foi realizada a revisão da literatura, destacando os principais documentos existentes e utilizados, na CPLP e no Domínio da Defesa, para a CTM multilateral, bem como os documentos reguladores para a CTM bilateral da RP. Em seguida, foram descritas as principais fontes utilizadas para caracterizar a atual conjuntura mundial, as ameaças existentes e os desafios futuros. Por fim foi clarificada toda a metodologia seguida.

No segundo capítulo, foram analisadas a estrutura e modo de funcionamento da CTM. Neste sentido e inicialmente, para identificar o que o Domínio da Defesa pretende ser e fazer na Comunidade, foram estudados os Objetivos Geral e Específicos do PCDD da CPLP bem como os vetores fundamentais para a afirmação da Defesa.

Constatou-se que os órgãos estruturais também podem ser considerados como formas de cooperação entre os EM e os benefícios que destas relações advêm: as reuniões do MD, dos CEMGFA, dos DGPDN, do CAE e atuação SPAD.

Passou-se, a seguir, à análise dos tipos e formas de CTM existentes. Algumas já bastante consolidadas e com histórico de aperfeiçoamentos e bons resultados obtidos ao longo dos anos, como os exercícios Felinos. Outras iniciativas mais recentes, com possibilidades de incrementos, como a CM, o FSM, o CD. Há espaço para avançar na cooperação nas áreas do ensino militar, de saúde, do desenvolvimento tecnológico e científico, e no controlo e segurança marítima. Ainda, algumas iniciativas anunciadas não foram executadas como os jogos desportivos militares e as reuniões dos DSIM.



Analisou-se a importância da edição de documentos reguladores, que visam cobrir os hiatos surgem no Domínio da Defesa, como a Estratégia da CPLP para os oceanos e a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa. Este último destaca a importância da dissuasão dos EM na atual conjuntura mundial face às ameaças e desafios.

Por fim, verificou-se a importância da CTM bilateral como forma de trampolim e avanço para a multilateral, a partir da análise de um exemplo bem-sucedido - a CTM Portuguesa bilateral.

Assim, considera-se respondido à QD1 – Qual a atual estrutura e modo de funcionamento da CTM da CPLP?

O descrito no capítulo 3 respondeu à QD2 – Quais são as ameaças para a CPLP, no que tange à CTM e de acordo com a atual conjuntura mundial?

As ameaças internas nos EM foram identificadas a partir da análise dos EM da CPLP, quanto aos fatores políticos, económicos, sociais, relações externas, segurança e defesa, e com base em estudos e relatórios realizados por entidades internacionais.

Portugal e Brasil são os países com melhores resultados e que mais podem contribuir com a CTM, devido à estabilidade política, disponibilidade de recursos para investimentos decorrentes da situação económica e conhecimentos passíveis de divulgação e troca de experiências nas áreas de segurança e defesa.

Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste possuem índices medianos, que podem afetar negativamente ou positivamente as relações no seio da Comunidade, são países que têm mais a receber do que fornecer em relação às CTM.

Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e Angola registam os piores índices, com grandes dificuldades internas, como instabilidades e fragilidades políticas, regimes autoritários ou híbridos, elevada corrupção dos dirigentes, precárias condições económicas e de desenvolvimento humano e elevada insegurança. São países com reduzidas capacidades para contribuir com a CTM.

Nas relações externas, os EM da CPLP também são integrantes de OI regionais, percebendo-se a dicotomia: se por um lado os EM podem aumentar a rede de relacionamentos e de divulgação das potencialidades da Comunidade, por outro lado podem desviar seus interesses para assuntos regionais.

A disponibilidade dos EM para a CTM também é afetada pelas ameaças globais, identificadas como os desastres naturais, os ciberataques e os COT, comuns a todos; os



conflitos regionais nos países africanos e Timor-Leste; o fluxo migratório de refugiados para Brasil, Portugal e Angola; e o terrorismo europeu.

No quarto capítulo, inicialmente, foram identificados os desafios futuros para a Comunidade: integrar a CPLP com outros OI, regionais e mundiais; tornar a CPLP uma OI com projeção global; e, como último desafio transversal aos demais, continuar promovendo a cooperação nos domínios da CPLP, em que pese a reduzida disponibilidade de recursos financeiros.

Na sequência do capítulo, foram vistos os desafios para o Domínio da Defesa, destacando os subsídios para a CTM.

O desafio de maior inserção do Domínio da Defesa na CPLP, requer a participação de outros Domínios nas atividades de defesa e na CTM, e a participação da Defesa em assuntos de outros setores.

A necessidade de consolidação da CTM existentes, quer através da potencialização das que estão em andamento, quer pela concretização de iniciativas anunciadas e que não foram postas em prática.

A multilateralização da CTM deve ocorrer a partir das CTM bilaterais, permitindo um emprego judicioso de recursos e meios disponíveis, sem sobreposição de esforços.

O emprego conjunto e combinado das FFAA dos EM em situações diversas, como em operações de manutenção de paz e ajuda humanitária, em apoio às situações de emergências e calamidades decorrentes de desastres naturais, em ações de segurança face às ameaças identificadas na capítulo 3.

Adequar a estrutura do Domínio da Defesa à nova conjuntura mundial, tornando-a multilateral, multidimensional e multisetorial, assim mais prática e flexível, garantido uma maior integração e coordenação do Domínio da Defesa com o Secretariado e demais setores.

Ampliar a cooperação no campo do ensino militar, no campo tecnológico, no campo da doutrina militar e no campo das informações, basicamente, por meio da criação, para cada área específica, de um módulo comum que possa ser partilhado entre os EM e permita a troca de informações e experiências importantes.

Criar um fundo de financiamento previsível para as CTM na Defesa, a exemplo do que acontece em outros OI, é um passo importante para dar continuidade as cooperações no seio da CPLP.



Desta maneira, foi respondida à QD3 – Quais são os desafios que se colocarão à CPLP e os subsídios para que os EM estabeleçam uma CTM que responda aos objetivos presentes e a adequação aos desafios futuros?

Assim, considera-se, conforme o acima exposto, que foram respondidas às QC e QD bem como atingidos os OG e OE propostos.

Contributos para o conhecimento

O mundo atual e globalizado é marcado por constantes e rápidas transformações que afetam e alteram as relações internacionais, a nível mundial e regional. Nesta linha, os países sofrem ameaças internas e externas de toda a ordem – políticas, económicas, sociais, defesa e segurança, sendo que estas duas últimas áreas de atuação estão presentes na maioria das ameaças e nos desafios futuros que surgem.

A CPLP e seus EM estão inseridos neste complexo sistema global e, para eles, o setor da Defesa não é prioritário, facto plenamente comprovado pela omissão de assuntos de Defesa nos documentos reguladores e atividades da Comunidade, desde a origem, 22 anos atrás, até a atualidade.

Nessa óptica, é que constitui o principal contributo desse TII, chamar a atenção para a importância, cada vez maior, do setor da Defesa nos assuntos de governabilidade dos EM e direção da CPLP. É notório e crescente a necessidade da participação transversal da Defesa, nos assuntos de diversos setores, para se contrapor às ameaças que os EM e CPLP irão enfrentar e, desta forma, transpor os desafios que irão surgir, como forma de sobrevivência neste complexo sistema internacional.

Assim, a análise da CTM do Domínio da Defesa da CPLP associada a identificação das ameaças internas e globais para os EM e CPLP, permite enumerar subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros.

Recomendações e outras considerações de ordem prática

Tendo em vista as diversas áreas percorridas durante o trabalho e o estabelecimento de contatos com membros dos domínios da CPLP, com níveis e funções diferentes, Adidos de Defesa, especialistas, membros de universidades e institutos de estudos estratégicos, além de outros organismos com interesse nesta área, quer a nível político, diplomático e militar, recomenda-se a divulgação da pesquisa realizada, como forma de contribuir para o fortalecimento da CPLP e do Domínio da Defesa bem como o aperfeiçoamento da CTM.



A Cooperação Técnico-Militar no seio da CPLP. Subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros.

Limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras

O tempo disponível para a realização da investigação não possibilitou a obtenção de contributos e posicionamentos dos MD e das FFAA dos EM, uma tarefa bastante ambiciosa e pretendida, que não pode ser concretizada.



Bibliografia

- Amador, P.A.B., 2015. *O Instrumento Militar Português como Produtor de Segurança. Contributos para uma Arquitetura Securitária no Atlântico Sul*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências Militares, Segurança e Defesa. Lisboa: IESM.
- Amador, P.A.B., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (24 janeiro 2018).
- Araújo, A.P., 2013. *A coordenação dos esforços colaborativos das Forças Armadas com outras organizações nos casos de desastre natural*. Tese de Dissertação de Doutoramento em Ciências Militares. Rio de Janeiro: ECEME.
- Azevedo, F., Bernardino, L. M. B., 2016. Uma Nova Visão Geoestratégica da CPLP. A Identidade da CPLP no Domínio Defesa. *Proelium X*, 21-42.
- Aversa, R.M., 2017. *A importância do fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira como impulsionador das Forças Armadas*. Lisboa: IUM.
- Baltazar, A.R.D.G.S., 2015. *Proliferação de Armas de Destruição Massiva*. [Em linha] Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1061> [Acedido 20 Fev. 2018].
- Barreto, M. A. V. S., Costa, P. T. S., Mabote, F. M., 2014. *A Cooperação Técnico-Militar Portuguesa no contexto da Política Externa do Estado*. Lisboa: IESM.
- Bernardino, L. M. B., 2010. *O Instrumento Militar como produtor de Segurança e Desenvolvimento nos Países de Língua Portuguesa. Um contributo para a Estratégia de Segurança Nacional*. Lisboa.
- Bernardino, L. M. B., 2011. *A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia*. Lisboa: IDN.
- Bernardino, L. M. B., 2015. O novo paradigma da segurança na África: A Estratégia Securitária Regional Angolana. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 2, 168-184.
- Bernardino, L.M.B., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (24 janeiro 2018).
- Bondoso, A., 2013. *Lusofonia e CPLP. Desafios na Globalização. Ângulos e Vértices ou Defeitos e Virtudes de um Processo Intemporal*. Lisboa: Edições Esgotadas.
- Borges, J.V., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes da Estratégia Nacional. In: IUM, 2018. *O Planejamneto Estratégico de Defesa Nacional*. IUM, 12 de março de 2018. Lisboa: IUM.
- Cardoso, F.J., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes das Ameaças e Conflitos. In: IUM, 2018. *Os Conflitos na África Subsaariana* IUM, 05 de fevereiro de 2018. Lisboa: IUM.



- Carrigo, A., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes das Ameaças e Conflitos. In: IUM, 2018. *O Espaço Ásia-Pacífico e a Segurança Internacional*. IUM, 22 de março de 2018. Lisboa: IUM.
- Carvalho, L.D., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (08 fevereiro 2018).
- Casa Civil, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Diário Oficial da União.
- Casa Civil, 2010. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas* (Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto). Brasília: Diário Oficial da União.
- Castro, T.C., 1985. *Espaços Geográficos - Sistemáticas de Estudo*. Brasília: Biblioteca do Exército.
- Chícaro, J.M.Z., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (25 janeiro 2018).
- Comando do Exército, 2014. *Aprova o Plano Estratégico do Exército 2016-2019, integrante da Sistemática de Planeamento Estratégico do Exército e dá outras providências* (Portaria nº 1.507, de 15 de dezembro). Brasília: Boletim do Exército.
- CPLP, 1996. *Declaração Constitutiva*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 1999a. *I Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas*. Luanda: CPLP.
- CPLP, 1999b. *II Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa*. Praia: CPLP.
- CPLP, 1999c. *Seminário CPLP*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- CPLP, 2000. *III Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. Normas para Elaboração dos Exercícios Militares*. Praia: CPLP.
- CPLP, 2006. *Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio Defesa*. Praia: CPLP.
- CPLP, 2007. *Revisão dos Estatutos*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2009. *Revisão da Estratégia da CPLP para os Oceanos*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2013. *Fórum de Saúde Militar*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2015a. *Identidade da CPLP no Domínio Defesa*. São Tomé: CPLP.
- CPLP, 2015b. *Estatuto do Centro de Análise Estratégica da CPLP*. Maputo: CPLP.
- CPLP, 2015c. *Regulamento da Conferência das Marinhas da CPLP*. Lisboa: CPLP
- CPLP, 2016a. *Regulamento do Centro de Análise Estratégica da CPLP*. Dili: CPLP.
- CPLP, 2016b. *XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP*. Brasília: CPLP.



- CPLP, 2016c. *Colégio de Defesa da CPLP, Termo de Referência*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2017a. *XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: CPLP.
- CPLP, 2017b. *XIV Seminário Internacional Político Estratégico do CAE/CPLP*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2017c. *Componente Defesa*. [Em linha] Lisboa: CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Pages/home.aspx> [Acedido em 15 Out. 2017].
- CPLP, 2017d. *Regulamento Interno do FSM da CPLP*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2017e. *Estratégia da CPLP para Saúde Militar*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2017f. *Plano de Intercâmbio de Militares da CPLP para a Formação e Investigação em Saúde Militar*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2017g. *XIX Reunião dos CEMGFA da CPLP*. Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2018. *Processo Histórico*. [Em linha] Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx> [Acedido em 10 Jan. 2018].
- CSIS, 2018. *Defense and Security*. [Em linha] Disponível em: <https://www.csis.org/topics/defense-and-security> [Acedido em 24 Abr. 2018]
- Dores, D.Z., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (07 fevereiro 2018).
- Duarte, S.A., 2011. *A Cooperação Técnico-Militar Portuguesa*. [Em linha] Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/648> [Acedido 10 Fev. 2018]
- EIU, 2018. *Democracy Index 2017*. [Em linha] Disponível em: <https://www.eiu.com/topic/democracy-index> [Acedido em 19 Abr. 2018].
- Escorrega, L.C., 2016. *A Cimeira de Díli e a Nova Visão Estratégica da CPLP: contributos para o sector da defesa*. Maputo: CPLP.
- Escorrega, L.C., 2017. *Duas Décadas de CPLP: Retrospectiva e Desafios da Componente de Defesa*. Lisboa: IUM.
- Escorrega, L.C., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (05 março 2018).
- Estado-Maior do Exército, 2013. *Catálogo de Capacidades do Exército 2015-2035*. Brasília: Estado-Maior do Exército.
- European Union, 2009. *European Policy and Defense Security. Euro RECAMP - Amami Africa 2008-2010*. [Em linha] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/sede/dv/sede070909eurorecamp_/sede070909eurorecamp_en.pdf [Acedido 10 Jul. 2018].
- Eurasia Group, 2018. *Top Risks 2017*. New York: Eurasia Group.



- Exército Português, 2017. *Cooperação Técnico Militar*. [Em linha] Disponível em: <https://www.exercito.pt/pt>, [Acedido 14 Out. 2017].
- Feiticeira, A., Reis, A.Z., Telo, A.J., Dias, C.M., Garcia, F.P., Silva, J.F., Pereira, J.V., Borges, Santos, J.L., Pires, N.L., Nunes, P.V., Rodrigues, T.F., 2016. *Ameaças e Riscos Transnacionais no Novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.
- Fernandes, C., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes das Ameaças e Conflitos. In: IUM, 2018. *O Espaço Ásia-Pacífico e a Segurança Internacional*. IUM, 22 de março de 2018. Lisboa: IUM.
- Fernandes, J.M.V.G., Faria, E. J. P. A., Duarte, J.P.F.S.B., Siqueira, R.C., 2014. *A Cooperação Técnico-Militar com os Países da CPLP e a Indústria de Defesa Portuguesa: em busca de sinergias visando a economia de recursos*. Lisboa: IESM.
- Fernandes, R., 2012. *CPLP: A Ação de Brasil e Portugal em África*. Lisboa: IESM.
- Ferreira, A.B.H., 2009. *Mini Aurélio: o dicionário de língua portuguesa*. 7ª ed. Curitiba: Positivo.
- FFP, 2017. *Fragile States Index 2017*. Washington: FFP.
- Freitas, C.A.A., 2011. *A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências Militares. Rio de Janeiro: ECEME.
- Freitas, R.J.S.P.P., Alexandre, A.M.G., Carvalho, L.C.B.S., Macamo, B.E., 2016. *A Cimeira de Dili e a Nova Visão Estratégica da CPLP: Um contributo do Setor de Defesa*. Lisboa: IUM.
- Freixo, M.J.V., 2011. *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 3.ª ed. Lisboa; Instituto Piaget.
- Garcia, F.P., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Introdução. In: IUM, 2018. *A Evolução do Pensamento Estratégico*. IUM, 25 de janeiro de 2018. Lisboa: IUM.
- Geodinâmica, 2018. *Fluxos Migratórios* [Em linha] Disponível em: <https://sites.google.com/a/agvv.edu.pt/geo-dinamica/conteudos-temas/8o-ano/migracoes/visita-virtual/fluxos-migratorios>. [Acedido em 19 Abr. 2018].
- Gil, A. C., 2012. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gomes, M.G.M., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes de Meios e Instrumentos Estratégicos. In: IUM, 2018. *As Informações Estratégicas Nacionais*.



O Sistema de Informações da República Portuguesa. IUM, 27 de fevereiro de 2018. Lisboa: IUM.

Gonçalves, M.M., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (06 março 2018).

Googlemaps, 2018a. *CPLP* [Em linha] Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=mapas+da+cplp&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwis98rkqMfaAhXC6RQKHedDAJMQ7AkIcQ&biw=1252&bih=600#imgrc=TiwZoPDVs_cVrM: [Acedido em 02 Abr. 2018].

Googlemaps, 2018b. *Desastres Naturais* [Em linha] Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=mapa+desastres+naturais&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=zqXrZe_JpTJwM%253A%252CN9pjHGQn- [Acedido em 25 Abr. 2018].

Googlemaps, 2018c. *Relações Externas do Brasil* [Em linha] Disponível em: https://www.google.com.br/search?tbm=isch&sa=1&ei=UDTnWq7MGIKiUpbZlvAI&q=mapa+rela%C3%A7%C3%B5es+externas+brasil&oq=mapa+rela%C3%A7%C3%B5es+externas+brasil&gs_l=psyb.3...9030.16340.0.16930.24.24.0.0.0.138.2312.17j7.24.0...0...1c.1.64.psyab..0.10.1146...0j0i30k1j0i5i30k1j0i8i30k1.0.T3ySIYAA F7U [Acedido em 18 Abr. 2018].

Haastrup, T., 2010. *EURORECAMP, an Alliance for Peace: EU in Africa*. Edinburgh: University of Edinburgh.

IEP, 2015. *Peace and Corruption 2015*. Sydney: IEP.

IEP, 2016. *The Economic Value of Peace 2016*. Sydney: IEP.

IEP, 2017a. *Global Peace Index 2017*. Sydney: IEP.

IEP, 2017b. *Global Terrorism Index 2017*. Sydney: IEP.

IESM, 2015a. *NEP / ACA 010 Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.

IESM, 2015b. *NEP / ACA 018 Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos a Realizar no IESM*. Lisboa: IESM.

IISS, 2018. *Peace and Stability in Africa*. [Em linha] Disponível em: <https://www.iiss.org/en/events/events/archive/2018-41aa/april-6332/peace-and-stability-in-africa-botswanas-perspective-da7f> [Acedido em 19 Abr. 2018].

IMF, 2018. *IMF Data Mapper*. [Em linha] Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/PPPPC@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD> [Acedido em 18 Abr. 2018].



- Instituto Português de Conjuntura Estratégica, 2016. *Estratégia Volume XXV 2016*. Lisboa: RBM Artes Gráficas Lda.
- IPEA, 2011. *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais. Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: IPEA.
- IPEA, 2017a. *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento*. Brasília: IPEA.
- IPEA, 2017b. *Atlas da Violência 2017*. Brasília: IPEA.
- ITU, 2017. *Global Cybersecurity Index 2017*. Geneva: ITU.
- IUM, 2017. *Cooperação*. [Em linha] Disponível em: <https://www.ium.pt/s/index.php/pt/>, [Acedido em 4 Out. 2017].
- Lima, L.A.B., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (08 fevereiro 2018).
- Lopes, F.J.C., 2010. *A importância do triângulo Portugal-PALOP-Brasil como garante da Segurança do Atlântico Sul. Possibilidades de Afirmação da CPLP no Domínio da Defesa no Atlântico Sul*. Lisboa: IESM.
- Lourenço, A. J. P., 2011. *Dimensão Marítima da Segurança no Atlântico: desafios e oportunidades para os países da CPLP*. Lisboa: IDN
- Lourenço, J.M.C., 2010. *Visão Prospectiva das Actividades das Forças Armadas na CPLP*. Lisboa: IESM.
- Magagula, M.J., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista] Lisboa (05 fevereiro 2018).
- Marchueta, M. R., 2003. *A CPLP e seu enquadramento*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Marinha Portuguesa, 2017. *Relações Externas e Alianças*. [Em linha] Disponível em: <http://www.marinha.pt/pt-pt/marinha/relacoes-externas-aliancas/Paginas/Relacoes-Externas-Aliancas.aspx>, [Acedido em 11 Out. 2017].
- Marques, A.J.G., 2008. *Cooperação Técnico-Militar com os PALOP. Prioridades, Linhas de Orientação e Estratégias. Articulação com os Sectores da Sociedade Civil*. Lisboa: IESM.
- Marques, V.S., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes da Ameaças e Conflitos. In: IUM, 2018. *As Alterações Climáticas. Impactos na Segurança dos Estados*. IUM, 01 de fevereiro de 2018. Lisboa: IUM.
- Marques, A.G., 2018. Área de Estudo das Operações Militares, Seminário de Operações. In: IUM, 2018. *A Segurança no Espaço Cibernético - Que modelo para Portugal*. IUM, 09 de abril de 2018. Lisboa: IUM.
- MD, 2007. *Glossário das Forças Armadas, MD 35-G-01*. Brasília: MD.



- MD, 2012a. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília: MD.
- MD, 2012b. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: MD.
- MD, 2012c. *Política de Defesa Cibernética*. Brasília: MD.
- MD, 2017. *Relações Internacionais*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais>, [Acedido em 10 Out. 2017].
- MDN, 2014. *Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar (Despacho n.º 11400/2014)*. Lisboa: Diário da República.
- MDN, 2017. *Defesa 2020*. [Em linha] Disponível em: <https://www.iumhttps://www.defesa.pt/Documents/livro%20defesa%202020.pdf>. <https://www.defesa.pt/s/index.php/pt/>, [Acedido em 10 Out. 2017].
- MIN, 2007. *Segurança Global da População*. Brasília: MIN.
- Ministry of Defense, 2017. *Global Strategic Trends - Out to 2040*. London: Ministry of Defense
- Morgado, J.C.S., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (02 março 2018).
- Mourão, G., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (30 janeiro 2018).
- Neves, D.P.A., 2017. *A Segurança Interna em São Tomé e Príncipe: os Desafios do Século XXI*. Tese de Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Neves, L.A.T.N., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes da Ameaças e Conflitos. In: IUM, 2018. *O Crime Organizado Transnacional - Migrações Ilegais, Narcotráfico, Tráfico de Armas e Pirataria*. IUM, 29 de janeiro de 2018. Lisboa: IUM.
- Oliveira, M.A.G., 2017a. Ameaças à defesa e fraquezas do Estado. *Revista Análise Estratégica*, 4, 9-13.
- Oliveira, M.A.G., 2017b. Ameaças regionais e extraregionais e as respostas do Brasil, *Artigos Estratégicos*, 3, 15-27.
- ONU, 2018a. *Margarida Loureiro - Relações Externas do Acnur em Angola*. [Em linha] Disponível em: <https://news.un.org/pt/interview/2018/03/1616501> [Acedido em 03 Abr. 2018].
- ONU, 2018b. *As Nações Unidas na Guiné-Bissau*. [Em linha] Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/na%C3%A7%C3%B5es-unidas-na-guin%C3%A9-bissau> [Acedido em 03 Abr. 2018].



- Palma, J.N., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes da Ameaças e Conflitos. In: IUM, 2018. *O Crime Organizado Transnacional - A Pirataria Marítima*. IUM, 29 de janeiro de 2018. Lisboa: IUM.
- Paula, A., 2017. *Português é hoje a quarta língua mais falada no mundo*. [Em linha] Disponível em: <https://www.portalmic.com.br/single-post/2017/04/28/Portugu%C3%AAs-%C3%A9-hoje-a-quarta-l%C3%ADngua-mais-falada-no-mundo> [Acedido em 13 Abr. 2018].
- PBE, 2018a. *Guiné Equatorial*. [Em linha] Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guine-equatorial.htm> [Acedido em 02 Abr. 2018].
- PBE, 2018b. *Moçambique*. [Em linha] Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/mocambique.htm> [Acedido em 03 Abr. 2018].
- PBE, 2018c. *São Tomé e Príncipe*. [Em linha] Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/sao-tome-principe.htm> [Acedido em 03 Abr. 2018].
- PBE, 2018d. *Timor-Leste*. [Em linha] Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/timor-leste.htm> [Acedido em 03 Abr. 2018].
- PCP, 2018. *Cabo Verde*. [Em linha] Disponível em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/conselhos-aos-viajantes/c/146-cv#informacao-geral> [Acedido em 02 Abr. 2018].
- PGM, 2018. *Moçambique*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique> [Acedido em 03 Abr. 2018].
- Pinheiro, A.M.R., 2006. Modelo de "africanização" das Operações de Apoio à Paz. *Nação e Defesa*, 114 - 3.^a série, 141-168.
- Pinto, L. V., 2013. *A Cooperação Técnico Militar Portuguesa*. [Em linha] Disponível em: http://janusonline.pt/images/anuario2013/2013_2_18.pdf. [Acedido em 15 Mar. 2018].
- PME, 2018. A situação atual da economia de Moçambique. Disponível em: <https://www.mercadoseestrategias.com/news/a-situacao-atual-da-economia-de-mocambique/> [Acedido em 03 Abr. 2018].



- Portal Terra, 2018. *Revista Planeta. A era dos ciberataques*. [Em linha] Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/a-era-dos-ciberataques/> [Acedido em 07 Abr. 2018].
- PPTE, 2017. *Constituição*. [Em linha] Disponível em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/constituicao.htm. [Acedido em 25 Nov. 2017].
- PPTE, 2018. *Países que fazem fronteira com o Brasil*. [Em linha] Disponível em: https://www.suapesquisa.com/geografia/fronteiras_com_brasil.htm [Acedido em 30 Mar. 2018].
- Presidência do Conselho de Ministros, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Diário da República.
- Quaresma, R.E.S., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (15 fevereiro 2018).
- Quivy, R. e Campenhoudt, L.V., 2013. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 6.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- RDTL, 2011. *Timor-Leste - Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*. Dili: RDTL.
- Ribeiro, H. M. L., 2008. *Dicionário de Termos e Citações de interesse Político e Estratégico. Contributo*. Lisboa: Gravida.
- Ribeiro, J.M.D.F., 2018. Área de Estudo de Crises e Conflitos Armados, Medidas, Meios e Instrumentos Estratégicos. In: IUM, 2018. *Cenários Prospetivos para o posicionamento internacional de Portugal. Prioridades Estratégicas*. IUM, 28 de fevereiro de 2018. Lisboa: IUM.
- Ribeiro, M.A., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (06 fevereiro 2018).
- Ribeiro, N., 2016. *A Guiné Equatorial e os outros desafios da CPLP*. [Em linha] Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/10/30/politica/noticia/lisboa-insiste-na-abolicao-da-pena-de-morte-na-guine-equatorial-1749328> [Acedido em 03 Abr. 2018].
- Rodrigues, V.J.P.A., Soares, F.J.C.B., Mateus, P.J.R., Santos, L., 2014. *A importância Estratégica da CPLP*. Lisboa: IESM.
- Sampaio, L.A., 2018. Área de Estudo de Comportamento Humano e Administração de Recursos. In: IUM, 2018. *Portugal no contexto da estratégia marítima da aliança*. IUM, 24 de janeiro de 2018. Lisboa: IUM.
- Santos, A.M., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (11 março 2018).
- Santos, H.J.P., 2014. *Soft Power e Hard Power: dicotomia ou complementaridade*. Lisboa: IESM.
- Santos, J.A.L., 2011. *Uma visão portuguesa da segurança do Atlântico Sul*. Lisboa: IDN.



- Santos, L.A.B., Garcia, F.M.G.P.P., Monteiro, F.P., Lima, J.M.M.V., Silva, N.M.P., Silva, J.C.V.F., Piedade, J.C.L., Santos, R.J.R.P. e Afonso, C.F.N.L.D., 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.
- Sarmento, M., 2013. *Guia Prático sobre a Metodologia Científica*. 3.^a ed. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Seabra, P., 2018. A CTM no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (14 fevereiro 2018).
- Serra, J.P.S., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes da Estratégia Nacional. In: IUM, 2018. *A Cooperação Técnica Militar Portuguesa*. IUM, 12 de março de 2018. Lisboa: IUM.
- Siqueira, R.C., 2015. *O Exército Brasileiro: o emprego dual de uma estrutura de Defesa do Estado*. Lisboa: IESM.
- Teixeira, N., Ferrão, I., Fonseca, L., Vilela, L., 2017. *Brasil Cenário melhor, mas ainda incerto para 2018 e 2019*. Brasília: Credit Suisse.
- Tomé, L., 2018. Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados, Vertentes da Estratégia Nacional. In: IUM, 2018. *A Geopolítica do Médio Oriente*. IUM, 30 de janeiro de 2018. Lisboa: IUM.
- Transparency International, 2018. *Corruption Perceptions Index 2017*. [Em linha] Disponível em: https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017. [Acedido em 19 Abr. 2018].
- UE, 2017. *A Parceria-chave da UE com a África* [Em linha] Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/eu-key-partnership-africa-factsheet_pt.pdf [Acedido em 09 Jul. 2018].
- UE, 2018a. *Fundo Fiduciário de Emergência da União Europeia em favor da África*. [Em linha] Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-formation/docs/2_factsheet_emergency_trust_fund_africa_pt.pdf [Acedido em 10 Jul. 2018].
- UE, 2018b. *Fundo Fiduciário UE-África para as infraestruturas*. [Em linha] Disponível em: http://www.eib.org/attachments/country/eu_africa_infrastructure_trust_fund_2017_pt.pdf [Acedido em 10 Jul. 2018].
- UNDP, 2018. *Human Development Report 2016*. [Em linha] Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/HDR2016_EN_Overview_Web.pdf [Acedido em 18 Abr. 2018].



UNISDR, 2018. *Relatório Anual de 2016*. [Em linha] Disponível em: https://www.unisdr.org/files/52253_unisdr2016annualreport.pdf [Acedido em 20 Abr. 2018].

UN Migration Agency, 2018. *Relatório de Migração Mundial 2018*. [Em linha] Disponível em: <http://www.iom.int/wmr/world-migration-report-2018> [Acedido em 08 Abr. 2018].

UNODC, 2007. *Estudo sobre Crime e Corrupção em Cabo Verde*. Cidade de Praia: UNODC/Ministério da Justiça.

Vaz, A.C., 2017. Perspectivas de estabilidade regional a luz da implementação dos acordos de paz na Colômbia e da crise venezuelana. *Revista Análise Estratégica*, 4, 1-8.

WEF, 2018. *The Global Risks Report 2018*. Geneva: WEF.



Anexo A — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Figura 16 – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

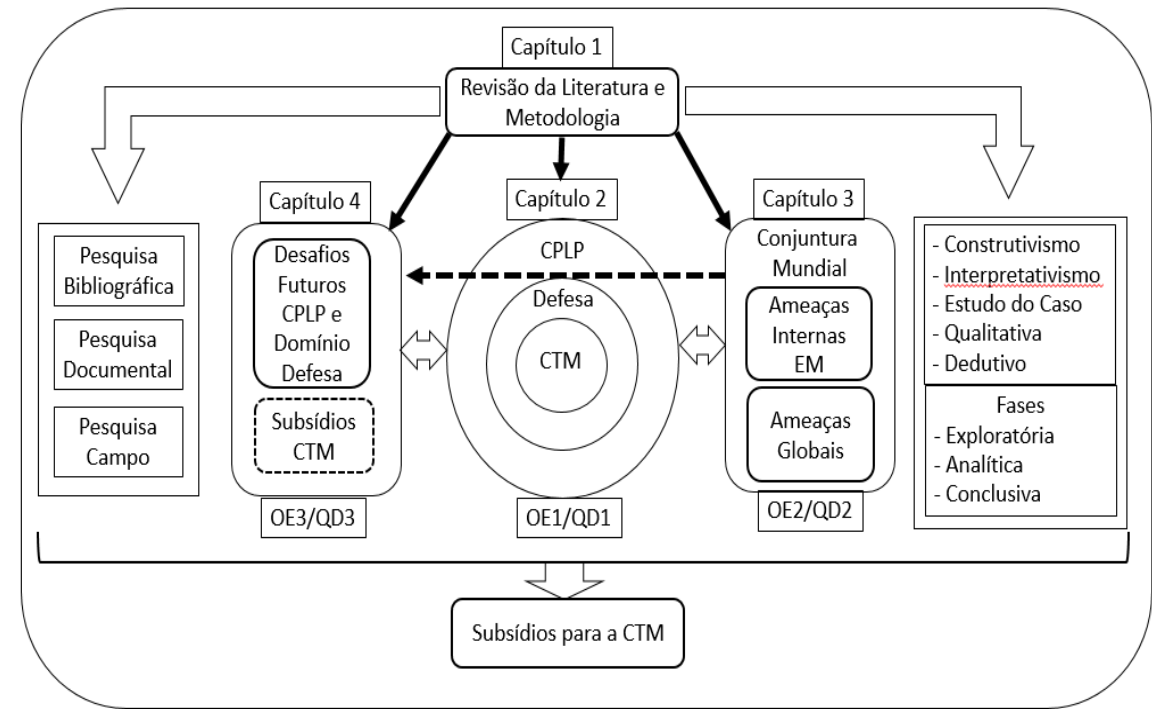


Fonte: (Googlemaps, 2018a).



Apêndice A — Esquema da organização do trabalho

Figura 17 – Esquema de organização do trabalho.



Fonte: (Autor, 2018).



Apêndice B — Corpo de conceitos

Quadro 9 – Corpo de conceitos

Conceitos	Doutrina	Fonte
Ameaça	É qualquer conjunto de atores, entidades ou forças com intenção ou capacidade de, explorando deficiências e vulnerabilidades, realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais, com possibilidades de realizar danos ou comprometer a sociedade nacional e seu patrimônio.	(MD, 2007, p. 25)
	Estimativa de probabilidade de ocorrência e da magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização (ou ocorrência) do evento potencial e da provável magnitude de sua manifestação.	(Ministério da Integração Nacional [MIN], 2007, p. 14)
Atlântico Sul	Definido pelo paralelo 16 norte, a este pela costa sul-americana, a oeste pela costa africana e a sul pela Antártida.	(Amador, 2015)
Calamidade	Desgraça pública, flagelo, catástrofe, desgraça muito grande.	(MIN, 2007, p. 12)
Capacidade militar	Conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade.	(MDN, 2014)
Cooperação	Atuação de pessoas ou de organizações com interesses ou ideais comuns e que visam os mesmos objetivos.	(Ribeiro, 2008).
Cooperação de Defesa	Toda interação das FFAA com suas contrapartes de Nações Amigas, a fim de construir relações que promovam interesses específicos de defesa, desenvolvam capacidades das forças amigas para defesa própria e operações multinacionais, contribuam para a construção da confiança mútua, bem como promovam o acesso das FFAA às diversas nações em tempo de paz e durante contingências.	(MD, 2007, p. 77)
Cooperação Técnico-Militar	Consiste no conjunto de ações que se dirigem à organização, reestruturação e formação das FFAA e respetivos militares. Estas ações decorrem de Acordos e de Programas-Quadro celebrados entre Portugal e os PALOP.	(Fernandes, 2012)
Cooperação Militar	Contributo ao nível do <i>know-how</i> , treino, no âmbito das informações ou mesmo ao nível da execução.	(Santos, 1986)
Cooperação Multilateral	Atividades desenvolvidas através de uma organização dotada de carácter internacional tendo por membros países cujos governos estão representados, ao mais alto nível, por pessoas no desempenho oficial das suas funções.	(Fernandes, 2012)
Defesa	Ato ou conjunto de atos realizados para obter, resguardar ou recompor a condição conhecida como a de segurança. Neutralização ou dissuasão de ações hostis que visem afetar a segurança de uma Organização Militar ou ponto sensível, pelo emprego racional de meios adequados, distribuídos conforme um planeamento, devidamente coordenados e comandados. Reação contra qualquer ataque ou agressão real ou iminente.	(MD, 2007, p. 84)



Defesa Nacional	É o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.	(MD, 2012b, p. 13)
Desafio	Ação desencadeada propositadamente pelo agente que da origem a uma crise político-estratégica, atuando sobre uma vulnerabilidade do oponente.	(MD, 2007, p. 87)
Desastre	Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.	(MIN, 2007, p.13)
Flexibilidade	É a capacidade de empregar forças militares com o mínimo de rigidez preestabelecida e com o máximo de adaptabilidade à circunstância de emprego da força.	(MD, 2012b, p.75)
Inteoperabilidade	Capacidade das forças militares nacionais ou aliadas de operar efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução.	(MD, 2012a, p.263)
Interoperabilidade Combinada	Ser capaz de operar como uma força constituída de forma integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais FFAA e FFAA de outras Nações, sob a égide de um OI.	(Estado-Maior do Exército, 2013, p.16)
Operação Conjunta	Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, sem que haja a constituição de um comando único no escalão considerado.	(MD, 2012a, p.264)
Operação de Manutenção de Paz	Operação de paz que se desenvolve por meio de contingente de Forças Navais, Terrestres e Aéreas, proporcionadas por EM, para manter a paz e a segurança internacionais.	(MD, 2012a, p.264)
Riscos	Medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das conseqüências previsíveis.	(MIN, 2007, p.14)
Segurança	É a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais.	(MD, 2012b, p.13)
	É a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza.	(MD, 2007, p.248)
Segurança Nacional	Condição que permite a preservação da soberania e integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.	(MD, 2007, p.250)
Segurança Marítima	Conjunto de medidas e atividades conduzidas a fim de garantir as condições necessárias ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável no domínio marítimo, contra ameaças intencionais.	(Amador, 2015)



Apêndice C — Análise das entrevistas

O universo entrevistado foi dividido em cinco grupos, conforme o Quadro 4.

Quadro 10 – Relação dos entrevistados

Universo		Nome	Função
Especialistas	E1	Pedro Seabra	Centro de Estudos Internacionais Instituto Universitário de Lisboa
	E2	Luís Manuel Brás Bernardino	Ten Cor do Exército Português
	E3	Luís Falcão Escorrega	Ten Cor do Exército Português
Embaixadores CPLP	E4	Gonçalo Mourão	Embaixador do Brasil na CPLP
	E5	Alda Melo dos Santos	Embaixadora na CPLP
CAE CPLP	E6	Luís Diogo de Carvalho	Ten Gen CAE
NN da CPLP	E7	Marcos Antônio Ribeiro e	Cor do NN Brasil
		Luiz Afonso Bottentuit Lima	CMG do NN Brasil
	E8	Marcos João Magagula	CMG do NN Moçambique
	E9	Pedro Alexandre B. Amador	Ten Cor NN Portugal
	E10	Riquito Espirito S. Quaresma	Cap NN São Tomé e Príncipe
	E11	Martinho Maia Gonçalves	NN Timor-Leste
Adidos de Portugal	E12	José Carlos da Silva Morgado	Coronel em Guiné-Bissau
	E13	Jorge Miguel Z. Chícharo	CMG em São Tomé e Príncipe
	E14	Delfim Zambujo das Dores	Coronel em Timor-Leste

Fonte: (Autor, 2018).

As entrevistas foram realizadas através do questionário especificado no Quadro 5, abrangendo cinco dimensões: a CTM Multilateral, as ameaças internas nos EM da CPLP e ameaças globais, os desafios futuros e o Domínio da Defesa da CPLP, procurando enquadrá-las, temporalmente, em uma situação atual ou futura. No referido Quadro é apresentada, ainda, a consolidação das respostas, centralizando as ideias-chaves comuns dos diferentes entrevistados.

Quadro 11 - Consolidação das respostas às entrevistas realizadas

P1 - Quais são os tipos de Cooperação Técnico-Militar, a nível multilateral, existentes na CPLP?
Consolidação das Respostas
- Foi constatado o profundo conhecimento de todos os entrevistados, pois as respostas apresentadas foram os diversos tipos e modos de funcionamento da CTM previstas no PCDD da CPLP.
P2 - Quais são os tipos de Cooperação Técnico-Militar, a nível multilateral, que o Sr considera satisfatório / eficiente?
Consolidação das Respostas



- Exercícios Felinos.
- Colégio de Defesa.
- Formação e capacitação de pessoal.
- Procedimentos operacionais entre as FFAA.
P3 - Quais são as vantagens / desvantagens deste tipo de cooperação (multilateral)?
Consolidação das Respostas (Vantagens)
- Projeção da CPLP como ator multilateral e internacional.
- Troca de experiências e conhecimentos entre as FFAA.
- Proteção dos EM e dissuasão das ameaças.
- Contribuição para a estabilidade dos EM.
- Fortalecimento das capacidades militares das FFAA.
- Ajuda a contradizer que a CPLP constitui uma Organização relativamente <i>soft</i> em questões de defesa e segurança.
- Proteção conjunta das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos EM.
- Presença em todos os continentes mundiais.
- Partilha de custos nos processos de CTM.
Consolidação das Respostas (Desvantagens)
- Expectativas de ilusões utópicas.
- Acusações de novas tentativas coloniais.
- Falta de avanços em algumas CTM.
- Descontinuidade geográfica entre os EM.
- Desigualdade económica entre os EM.
P4 – O Sr considera a estrutura de Cooperação Técnico-Militar da CPLP adequada à atual conjuntura mundial? Se for o caso, o que pode ser aperfeiçoado?
Consolidação das Respostas
- Houve respostas tanto no sentido de que a estrutura está adequada e como de que não está adequada.
Aperfeiçoamentos
- Módulo compartilhado para troca de informações e experiências na área de educação, ensino militar, saúde, tecnológico, doutrina militar e de informações de defesa e segurança.
- Participação Lusófona em Operações de Paz.
- Ampliar a participação de outros setores nos exercícios Felinos.
- Evitar sobreposição de esforços entre as CTM bilateral e multilateral.
- Melhorar a ordem processual do Domínio da Defesa.
- Evolução do CD para um fórum de discussão e investigação no âmbito das formações a realizar, com a ligação efetiva entre as universidades militares dos países da CPLP.
P5 - Quais são as ameaças / problemas / focos de tensões / inseguranças internas na CPLP (espaço geográfico da CPLP) que podem afetar a Cooperação Técnico-Militar existente?
Consolidação das Respostas
- Absorver a entrada da Guiné Equatorial na CPLP.
- Tensões políticas e militares nos EM.
- Influência estrangeiras nos EM.
- Exclusões sociais nos EM.
- Problemas económicos dos EM.
- Arranjos nacionais com participações em diversos OI, podendo colidir interesses.
- Problemas ambientais.



- Pandemias nos EM.
P6 – Quais são as ameaças / problemas / focos de tensões / inseguranças externas à CPLP (espaço geográfico global) que podem afetar a Cooperação Técnico-Militar existente?
Consolidação das Respostas
- Tensões geopolíticas regionais, com questões étnicas, raciais, religiosas e culturais.
- COT.
- Terrorismo.
- Questões climáticas.
- Desastres ambientais.
- Ataques cibernéticos.
- Cobiça internacional por recursos naturais nos EM.
P7 – Considerando a atual conjuntura mundial e o constante processo de globalização, quais são os desafios futuros para o Domínio da Defesa da CPLP?
Consolidação das Respostas
- Manter os desenvolvimentos alcançados nas CTM.
- Conciliar as tentações de outros OI e a influência estrangeira.
- Consolidar a Língua Portuguesa.
- Acompanhar os avanços tecnológicos.
- Os desafios impostos pela globalização.
- Desafios securitários e controle de recursos naturais.
- Falta de liderança forte na CPLP.
- Desenvolvimento económico e redução da pobreza e desigualdades nos EM.
- A descontinuidade territorial e geográfica no espaço da CPLP.
P8 - No seu entendimento, registre outras iniciativas, no âmbito da Defesa e Segurança, que poderiam ser realizadas no seio da CPLP?
Consolidação das Respostas
- Materializar o previsto no PCDD da CPLP, consolidando as CTM existentes.
- Criar uma força conjunta da CPLP para responder às ameaças internas e externas.
- Operacionalizar um mecanismo de respostas aos desastres naturais.
- Avançar na vertente educação e investigação tecnológica.
P9 - Qual o papel que a Defesa deve assumir em relação ao futuro da CPLP? (Descrever ações e contributos).
Consolidação das Respostas
- Atitude conjunta e preventiva, com visão multilateral, para a afirmação da CPLP.
- Cooperação com outros setores da CPLP e outros OI.
- Dosear as expectativas da CTM.
- Abordagens, pelo Domínio da Defesa, de outros assuntos além dos militares.
P 10 - Espaço destinado ao registro de qualquer outra informação julgada útil ao trabalho que está sendo realizado.
Consolidação das Respostas
- Aprofundar a cooperação no ensino e formação militar, numa lógica de médio e longo prazo.

Fonte: (Autor, 2018).



As entrevistas foram realizadas com especialistas do assunto e entidades que tratam do tema no dia-a-dia, assim com profundo conhecimento. Procurou-se, por meio da análise das respostas, validar os resultados obtidos – desafios futuros e subsídios para a CTM, conforme consta no Quadro 6.

Quadro 12 – Consolidação da análise dos resultados

Desafios\Entrevistados	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7
Integração da CPLP com outros OI	X	X	X	X	X	X	X
Projeção Internacional da CPLP	X	X		X			X
Cooperação com reduzidos recursos financeiros	X	X	X	X	X		
Maior inserção da Defesa na CPLP			X	X			
Consolidação da CTM existente	X				X		
Multilateralização da CTM existente			X	X	X		X
Emprego das FFAA em situações diversas	X	X	X	X	X	X	X
Adequação da estrutura do Domínio da Defesa		X	X				X
Ampliação da CTM no Ensino Militar	X			X		X	X
Ampliação da CTM no Campo Tecnológico		X				X	
Ampliação da CTM na Doutrina Militar						X	
Ampliação CTM no Campo das Informações			X				X

Desafios\Entrevistados	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	Total
Integração da CPLP com outros OI		X		X				9/14 (64%)
Projeção Internacional da CPLP								4/14 (29%)
Cooperação com reduzidos recursos financeiros			X	X		X		8/14 (57%)
Maior inserção da Defesa na CPLP								2/14 (14%)
Consolidação da CTM existente							X	3/14 (21%)
Multilateralização da CTM existente	X			X	X			7/14 (50%)



A Cooperação Técnico-Militar no seio da CPLP. Subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros.

Emprego das FFAA em situações diversas	X	X	X	X		X	X	13/14 (93%)
Adequação da estrutura do Domínio da Defesa		X	X	X	X			7/14 (50%)
Ampliação da CTM no Ensino Militar		X	X	X		X	X	9/14 (64%)
Ampliação da CTM no Campo Tecnológico	X							3/14 (21%)
Ampliação da CTM na Doutrina Militar								1/14 (7%)
Ampliação CTM no Campo das Informações		X		X	X		X	6/14 (43%)

Fonte: (Autor, 2018).



A Cooperação Técnico-Militar no seio da CPLP. Subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros.



A Cooperação Técnico-Militar no seio da CPLP. Subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros.



A Cooperação Técnico-Militar no seio da CPLP. Subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros.



A Cooperação Técnico-Militar no seio da CPLP. Subsídios para uma estrutura centrada nos objetivos presentes e desafios futuros.

